

Atraso de quatro meses e tramitação desgastante da proposta deste ano levam os parlamentares a colocar em discussão novamente o orçamento impositivo e as regras para análise do projeto enviado anualmente pelo Poder Executivo

Congresso retoma debate de novo rito para o Orçamento

PÁGINAS 4 E 5

cidadania



Seguranças do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro: trabalho duro quando a cidade dorme

Trabalhar à noite: cuidados e direitos que devem ser observados

Eles entram no serviço em um dia e saem no dia seguinte – trabalham quando todo mundo está dormindo. São os trabalhadores noturnos, que se dedicam a atividades que não podem parar nem à noite, como saúde,

transporte, segurança, energia e comunicações. A peculiaridade do meio de vida desses trabalhadores impõe regras, direitos e cuidados especiais. O *Especial Cidadania* traz um roteiro de serviços para o trabalho noturno.

PÁGINA 16

CRISE POLÍTICA

Com uma CPI na reta final, Senado poderá abrir nova investigação

PÁGINAS 9 E 10



Convocação de Bastos será votada após desobstrução da pauta

Sintonia com a modernidade e com o cidadão

Senado entra no século 21 apostando no diálogo com a sociedade.



PÁGINA 12

Comissões do Senado vão discutir saídas para a Varig

PÁGINA 6

Campanha política pode custar menos

Candidatos com mais dinheiro podem perder um aliado forte: a campanha com muitos efeitos especiais de computação gráfica. Essa é uma das proibições previstas na minirreforma eleitoral que vai à sanção presidencial.

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

gendagendaendagenagendaendagendaendagen

MP que corrige tabela do IRPF tranca pauta

A pauta de votações do Plenário do Senado voltou a ficar obstruída. Foram lidas na última quarta-feira comunicações da Câmara remetendo aos senadores três novas medidas provisórias (MPs), entre elas a MP 280/06, que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, a partir de 1º de fevereiro.

O trancamento da pauta ocorre três sessões depois que os senadores conseguiram votar em um dia 94 matérias, acumuladas por causa de medidas provisórias.

Com isso, o Plenário não pôde apreciar os quatro itens da ordem do dia.

A MP 280/06 foi modificada pelos deputados, transformando-se em projeto de conversão (PLV 09/06). A Câmara aceitou uma emenda que aumentou de seis para oito o número de parcelas que o contribuinte terá para pagar, a partir de 2007, o imposto que restar quando fizer sua declaração anual. Com o reajuste da tabela, o limite para a isenção do Imposto de Renda sobe de R\$ 1.164 para R\$ 1.257.

As outras duas MPs abrem créditos extraordinários para ministérios. A 278/06 destina R\$ 80 milhões para o Ministério da Integração Nacional, para atendimento das populações vítimas, no início do ano, de estiagens ou enchentes no Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

A MP 279/06, que foi modificada pelo PLV 8/06, destina R\$ 890 milhões ao Ministério das Cidades, para obras de emergência de urbanização e construção de moradias para famílias de baixa renda.

Errata

Helicóptero

A Comissão de Justiça (CCJ) aprovou na última quarta-feira projeto de lei originário da Câmara (PLC 16/06) que autoriza o Executivo a doar para o Uruguai um helicóptero Esquilo do acervo da Marinha, e não da FAB, como publicado quinta-feira.

Nilo Coelho

Diferentemente do que foi publicado na edição da última segunda-feira, a sessão plenária que marcou a vida política do ex-presidente do Senado Nilo Coelho ocorreu no dia 21 de setembro de 1983, e não 21 de novembro.

Comissão vai receber a visita de parlamentares chilenos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe, na próxima quarta-feira, às 10h30, visita de cortesia de uma comitiva de senadores do Chile. Eles deverão tratar da situação do Hemisfério Sul e da promoção do fortalecimento das relações entre os dois países, no plano parlamentar.

O grupo é formado por cinco senadores que integram a Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Chile: Roberto Munõs (presidente), Juan Antônio Coloma, Jaime Gazmuri, Jorge Pizarro e Sergio Romero. Eles estarão acompanhados do

secretário da comissão, Júlio Câmara.

Entre os principais temas da conversa, a situação política do Haiti e a constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), segundo previsão do presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que defende o ingresso do Chile como membro pleno do Mercosul. Saturnino reconhece, no entanto, as dificuldades no processo, decorrentes de uma abertura maior da economia chilena e de acordos de livre comércio já firmados pelo país, inclusive com os Estados Unidos.

Presidência



ROOSEWELT PINHEIRO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na última quinta-feira de cerimônia realizada pelo Palácio do Planalto para homenagear o tenente-coronel Marcos César Pontes, o brasileiro que passou oito dias no espaço a bordo da nave russa Soyuz. O astronauta foi condecorado pelo presidente Lula com a Ordem Nacional do Mérito.

OAB convida Renan para evento

Na última terça-feira, Renan recebeu o convite do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, para participar do 50º Congresso da União Interna-

cional dos Advogados (UIA), a realizar-se em novembro, na cidade de Salvador. Advogados de mais 70 países deverão participar desse encontro na Bahia.

Apoio para criação de ministério

Acompanhados pelo deputado Alberto Fraga (PFL-DF), policiais militares e bombeiros que querem a criação do Ministério da Segurança Pública pediram terça-feira o apoio de Renan ao pleito.

Proposta sobre saneamento

Ao receber dirigentes de associações na quarta-feira, Renan prometeu agilizar exame do PLS 155/05, de Gerson Camata (PMDB-ES), que estabelece regras para o saneamento básico.

RÁDIO E TV - Representantes culturais receberam na terça-feira o apoio de Renan ao projeto da Câmara que obriga as emissoras de TV e de rádio a veicularem, semanalmente, programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos nos estados onde estão localizadas.

DIRETORIA DO TST - Renan Calheiros participou na última segunda-feira da solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tem como presidente o ministro Ronaldo Lopes Leal e como vice-presidente, Rider de Brito.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

14h - SALÁRIO MÍNIMO

Diligência - A Comissão Mista do Salário Mínimo continua o ciclo de diligências para discutir uma política fixa de reajuste do salário mínimo. Os parlamentares estão em São Paulo.

TERÇA-FEIRA

9h30 - ASSUNTOS ECONÔMICOS

Empréstimo - O primeiro item da pauta é a autorização de empréstimo de até US\$ 106 milhões entre o governo do Tocantins e um banco italiano, para financiar o projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento - Pontes Tocantins.

10h - INFRA-ESTRUTURA, ASSUNTOS SOCIAIS, ASSUNTOS ECONÔMICOS E DESERNOVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Varig - A possível quebra da companhia aérea vai ser discutida com representantes dos funcionários, do governo e da diretoria da Varig. A empresa quer ajuda do governo federal para evitar a falência, enquanto o Executivo alega que o problema merece uma solução de mercado.

11h - EDUCAÇÃO

Cotas - Projeto define percentuais de vagas semigratuitas em cursos de graduação das entidades de ensino superior privadas (PLS 01/04). **Autor:** senador Paulo Paim (PT-RS). **Relator:** senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Homenagens - Fazem parte da pauta: projeto que faz de 2006 o Ano Nacional dos Museus (PLC 14/06); que institui do Dia do Radialista (PLC 3/06); e o que celebra o Dia Nacional do Biomédico (PLC 9/06).

11h - AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Dívidas rurais - Discute duas propostas que tratam do alongamento e da repactuação das dívidas de produtores rurais com linhas de crédito rurais (PLSs 259/04 e 200/02).

11h30 - MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Taxa ambiental - A criação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TFCA) é tema de audiência pública, com a participação de representantes do Ibama

e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

QUARTA-FEIRA

10h30 - RELAÇÕES EXTERIORES

Chile - Pouco tempo depois da visita da presidenta do Chile, Michelle Bachelet, ao Brasil, os senadores recebem a visita de uma comitiva de senadores chilenos, entre eles o presidente do Senado do país.

11h - AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Produtividade - Estudos do governo federal sobre a produtividade rural são tema de audiência pública com a presença de representantes dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

QUINTA-FEIRA

9h30 - RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixadores - Analisa as indicações dos embaixadores das missões diplomáticas do Brasil no Caçaquistão, na Confederação Helvética e em Liechtenstein.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Socorro a agricultores - A primeira medida provisória que tranca a pauta de votações liberou R\$ 80 milhões para o Ministério da Integração Nacional (MP 278/06). A verba vai socorrer os agricultores das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste prejudicados pela seca e por chuvas excessivas.

Obras para baixa renda

A segunda matéria a obstruir os trabalhos é o projeto de conversão da MP 279/06, que libera R\$ 890 milhões para o Ministério das Cidades empregar em obras emergenciais de urbanização em assentamentos carentes de infra-estrutura.

Imposto - O projeto da MP 280/05, que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e aumenta o

prazo para que as empresas devedoras da Receita e do INSS se inscrevam no programa de refinanciamento das dívidas tributárias (Refis), é a última MP a trançar a pauta do Senado.

QUARTA-FEIRA/QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - Como a pauta está trancada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Se não forem votadas

na terça-feira,

as MPs continuam na pauta das sessões seguintes.

Caso sejam aprovadas, os senadores podem discutir a proposta

de emenda constitucional que exclui da regra da inelegibilidade quem substituiu chefes do Executivo, desde que não permaneçam mais de 15 dias no cargo (PEC 30/02).

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa



PLENÁRIO

Senado garante mais verbas para fundo científico

O Senado aprovou, na terça-feira passada, substitutivo da Câmara a projeto de lei (PLS 85/01) de Roberto Saturnino (PT-RJ) que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A matéria segue agora à sanção presidencial. Segundo Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que defendeu parecer em Plenário pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta reduz de 60% para 40% o limite de contingenciamento pela União dos recursos dos fundos de ciência e tecnologia, além de elevar para R\$ 400 milhões o patamar das verbas dessa área livre de contingenciamento.

Aprovado empréstimo do Bird para Minas

Foi autorizada pelo Senado, na última terça-feira, a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 170 milhões entre o estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Ajuste Estrutural e de Políticas de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Após o anúncio pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, do envio da proposta (Mensagem 117/06) para a promulgação, os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Aelton Freitas (PL-MG) agradeceram a aprovação do financiamento.

Enviados votos de louvor para três ministros

O Senado aprovou requerimentos de voto de louvor aos ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Roberto Rodrigues (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), pela vitória, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), no contencioso comercial sobre exportações de carne de frango para a União Européia. O autor dos três requerimentos é Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado. Também foi acolhido pelo Plenário requerimento de congratulações, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pelo centenário de nascimento do poeta Augusto Frederico Schmidt, falecido em 1965.



Quintanilha, Jucá, José Jorge, Renan, Gilmar Mendes, Agripino e Suassuna: discussão sobre funcionamento das eleições neste ano

TSE decide sobre novas regras

O presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhado do relator do projeto de lei conhecido como minirreforma eleitoral (PLS 275/05), senador José Jorge (PFL-PE), e de líderes partidários, pediu na última quarta-feira ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, uma posição do órgão

em relação à possibilidade de alterações na legislação já valem para as próximas eleições. Eles entregaram ao ministro a proposta aprovada pelo Senado no dia anterior.

Renan ressaltou que o projeto, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), é o resultado do esforço do Congresso para dar respostas à sociedade brasileira,

reduzindo gastos nas campanhas eleitorais e aumentando a transparência nos financiamentos.

Na saída da audiência, José Jorge explicou que Gilmar Mendes vai esperar a sanção presidencial ao projeto para que o TSE possa fazer análise criteriosa de cada uma das mudanças legais. Segundo o senador, os artigos que o tribunal julgar passíveis

de regulamentação imediata já poderão valer para as eleições deste ano.

Na avaliação do presidente do Senado, a maior parte da matéria trata de mudanças na propaganda eleitoral e não no processo eleitoral propriamente dito. Para alterar este procedimento, a Constituição federal determina antecedência mínima de um ano ao pleito.

Conheça as modificações estabelecidas pela minirreforma eleitoral

Principais alterações aprovadas pelo Congresso à Lei 9.504, que estabelece normas para as eleições

PROPAGANDA

Rádiodifusão - Os programas de rádio e televisão, incluindo as inserções no horário de propaganda eleitoral gratuita, serão restritos a gravação do candidato e dos filiados ao seu partido em estúdio, sendo vedadas gravações externas, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados, efeitos especiais e conversão para vídeo de imagens gravadas em películas cinematográficas.

Imprensa escrita - É proibida a divulgação, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral de candidato, partido ou coligação.

Horário eleitoral gratuito - O horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita será distribuído pela representação de cada partido na Câmara dos Deputados na data do resultado das eleições, e não mais na data do início da legislatura que estiver em curso.

Mídia exterior - A utilização de outdoors passa a ser vedada. Também fica proibida em áreas públicas a veiculação de propaganda de qualquer natureza, até mesmo pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados. O descumprimento implica multa de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil.

Brindes - É vedada a distribuição de cami-

setas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

Showmício - O projeto proíbe a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral.

Telemarketing - Caiu no Senado a proibição do substitutivo apresentado pela Câmara, voltando a ser permitida a propaganda eleitoral por meio de operadora comercial de telemarketing.

Boca-de-urna - A boca-de-urna e a propaganda no dia das eleições passam a ser caracterizadas como crimes, puníveis com detenção de seis meses a um ano e multa.

Pesquisas eleitorais - Fica vedada a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do 15º dia anterior até às 18h do dia da eleição.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

Limites de gastos de campanha - Lei deverá fixar o limite dos gastos de campanha para os cargos em disputa. Não sendo editada lei, caberá aos partidos políticos fixar esse limite e comunicar à Justiça Eleitoral. No pedido de registro dos candidatos, os partidos devem comunicar aos respectivos tribunais eleitorais os valores máximos de gastos por cargo eletivo, dentro dos limites preestabelecidos, em cada eleição.

Abuso do poder econômico - O uso de re-

ursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provenham de conta bancária específica registrada para esse fim implica a desaprovação da prestação de contas, cujo processo será enviado pela Justiça Eleitoral ao Ministério Público Estadual. Se comprovado abuso de poder econômico, o candidato terá registro cancelado ou diploma cassado.

Doações - As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta registrada por meio de cheques cruzados e nominais ou transferências eletrônicas de depósito. No caso de pessoa física, é permitido depósito em espécie até o limite de 10% dos rendimentos brutos do cidadão, declarados no ano anterior à eleição. O candidato fica também proibido de fazer quaisquer doações em dinheiro, troféus, prêmios, no período entre o registro de sua candidatura e a eleição. O projeto inclui na lista de pessoas jurídicas proibidas de efetuarem doações a campanhas entidades beneficentes e religiosas; entidades esportivas; organizações não-governamentais que recebam recursos públicos; e organizações da sociedade civil de interesse público.

Prestação de contas - Os partidos, coligações e candidatos serão obrigados a divulgar, em página criada pela Justiça Eleitoral na internet, relatório discriminando os recursos recebidos para financiamento das campanhas e os gastos efetuados nos dias 6 de agosto e 6 de setembro.

Senadores avaliam mudanças propostas por minirreforma

A opinião pública terá um papel relevante na campanha eleitoral deste ano, que poderá ser muito vigiada pela população. Foi o que disse a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), ao comentar, em entrevista à Agência Senado, a aprovação do projeto denominado minirreforma eleitoral, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

Para Ideli, as mudanças propostas são insuficientes porque, segundo ela, é necessário reforma política que modifique a estrutura da organização partidária brasileira, o que envolve o modo de organização, articulação e atuação dos partidos políticos durante os processos eleitorais.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) concorda com a necessidade de uma reforma política que confira ao Brasil um modelo mais condizente com a atual realidade do país. Ele ressaltou que a minirreforma eleitoral aprovada pelo Senado objetiva apenas reduzir custos de campanha. O parlamentar avalia que a medida é insuficiente, mas disse considerar a redução de gastos essencial para que os candidatos concorram aos cargos públicos em igualdade de condições.

Alvaro Dias afirmou ainda esperar que o Tribunal Superior Eleitoral aceite já as novas regras para as eleições deste ano. Na opinião do senador, para as próximas eleições a refor-

ma política precisará estar em vigor.

– Para a próxima eleição, acredito que a medida será inócua, porque temos que aprovar algo de muito mais profundidade até lá – observou.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou o Congresso pela aprovação da minirreforma eleitoral (PLS 275/05) e também do projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PLS 85/01). Este último, substitutivo da Câmara a projeto do próprio Saturnino, garante a liberação de recursos orçamentários para o fundo, com diminuição do contingenciamento dos atuais 30% para zero em 2009.

ORÇAMENTO Aprovação quatro meses depois do prazo evidencia necessidade de mudanças no processo

Atraso motiva novo rito de tramitação

O governo sabia que seria difícil. Só não pensou que o atraso na votação do Orçamento se tornasse o maior dos últimos 12 anos. No dia 18, às 23h15, o Congresso conseguiu, depois de o governo ceder às pressões de última hora de opositoristas, colocar um ponto final em uma das tramitações mais desgastantes do projeto da lei orçamentária anual desde 1994. Naquele ano, o Orçamento só foi votado em outubro para ser ajustado ao Plano Real.

O trauma provocado pelos embates entre oposição e governo em um ano eleitoral, que atrasaram por quase quatro meses a aprovação do Orçamento, que inclui o de investimentos das estatais, evidenciou a necessidade de alterar as regras do processo orçamentário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deu sinal verde na terça-feira para a retomada do debate, paralisado desde meados do ano passado, sobre a resolução que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e estabelece novo rito para as leis orçamentárias.

Como forma de contornar as ameaças de pedido de verificação de quórum do deputado Ricardo Barros (PP-PR), Renan incluiu na ordem do dia do Congresso o Projeto de Resolução 2/05, em que estão as novas regras. O projeto de Barros traduz em boa parte as sugestões discutidas pela comissão especial presidida pelo senador Fernando Bezerra (PTB-

RN), que encerrou os trabalhos no ano passado sem votar o relatório final do deputado.

Diante da falta de entendimento, principalmente sobre a participação do Senado nas emendas de bancada, Barros resolveu recorrer à Mesa do Congresso. Os dois pareceres elaborados, um em cada Casa, estão prontos para votação (*ver matéria abaixo*). E Renan informou que estará empenhado em construir um acordo que viabilize a votação. Ele não adiantou qual a data, mas atendeu o pedido de Barros para não encerrar a sessão do Congresso. Apenas suspendeu a sessão, o que faculta agendá-la a qualquer momento.

Um só parlamentar não poderá derrubar sessão

Um dos pontos que o projeto tenta solucionar impede que apenas um parlamentar possa derrubar a sessão do Congresso. É esse dispositivo que a cada ano abre espaço para o surgimento de um número maior de demandas de última hora, geralmente problemas que as administrações oposicionistas não conseguem solucionar com a área econômica do governo. Foi o caso de Sergipe, que desde o ano passado tenta resolver com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o prazo para enquadramento de seus gastos dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O estado negociou empréstimo de R\$ 85 milhões do BNDES para construir uma ponte estratégica, que ligará Aracaju a Barra dos



FOTOS: ROOSEWELT PINHEIRO

Em meio a disputas entre governo e oposição, o Congresso aprovou o Orçamento na noite de terça-feira

Coqueiros, interligando a capital com áreas turísticas de Sergipe e viabilizando o escoamento da produção de importantes projetos de irrigação, como o Nova Califórnia, à beira do rio São Francisco. Mas para liberar o dinheiro precisa de aval do Tesouro, emperrado por essa pendência com a STN.

Outro exemplo foi a reivindicação do líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que conseguiu do relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), remanejar recursos da Petrobras para a construção do gasoduto Coari-Manaus.

Essas disputas regionais e a queda-de-braço entre o governo e os estados exportadores em torno da Lei Kandir emperraram a tramitação do Orçamento na fase

final. O atraso resumiu a apenas dois meses a execução de uma parte importante do Orçamento – o das transferências voluntárias federais para prefeituras e entidades filantrópicas –, porque esses repasses serão suspensos de julho até o fim das eleições.

Alguns programas federais e os investimentos das estatais ficaram praticamente paralisados. O governo editou medida provisória para liberar R\$ 1,8 bilhão para esses programas e ameaçou publicar outra MP, esta de mais de R\$ 20 bilhões, para amparar principalmente as estatais, caso o Orçamento não fosse aprovado.

O temor de que atrasos como esse possam se repetir culminou em dispositivo da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), enviada ao Congresso e cuja mensagem foi lida na semana passada. Por ele, se o projeto da lei orçamentária não for sancionado pelo presidente da República até o final deste ano, o governo poderá executar os valores orçados na proposta enviada ao Congresso. Um lance muito mais ousado do que estava na LDO de 2006, que resgatou a liberação em duodécimos para os gastos com custeio.

A reação do Congresso Nacional foi imediata. Muitos parlamentares consideraram que o dispositivo acaba com a prerrogativa do Parlamento de emendar o texto do Executivo. O governo já sinalizou que poderá recuar e suprimir esse dispositivo.

Emendas de bancada são principal ponto de conflito

Ao incluir na ordem do dia a votação do Projeto de Resolução 2/05, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deu um passo importante para mudar o rito de tramitação do Orçamento da União no Legislativo. Mas os parlamentares terão que se entender sobre pontos polêmicos do projeto, como o número de emendas que podem ser propostas por bancada. Essa questão já atravancou uma comissão especial criada para tratar da tramitação do Orçamento, presidida pelo senador Fernando Bezerra. Em meio a disputas entre senadores e deputados pelo direito de apresentar emendas, essa comissão encerrou os trabalhos em 2005 sem conseguir votar um relatório.

O projeto de resolução, cujo autor é o deputado Ricardo Barros, propõe reduzir o número de emendas de bancada para 12 – atualmente vão de 18 a 23 – no âmbito da Comissão Mista de Orçamento. Nove emendas seriam para apropriação de recursos obtidos de reestimativa de receita e três de

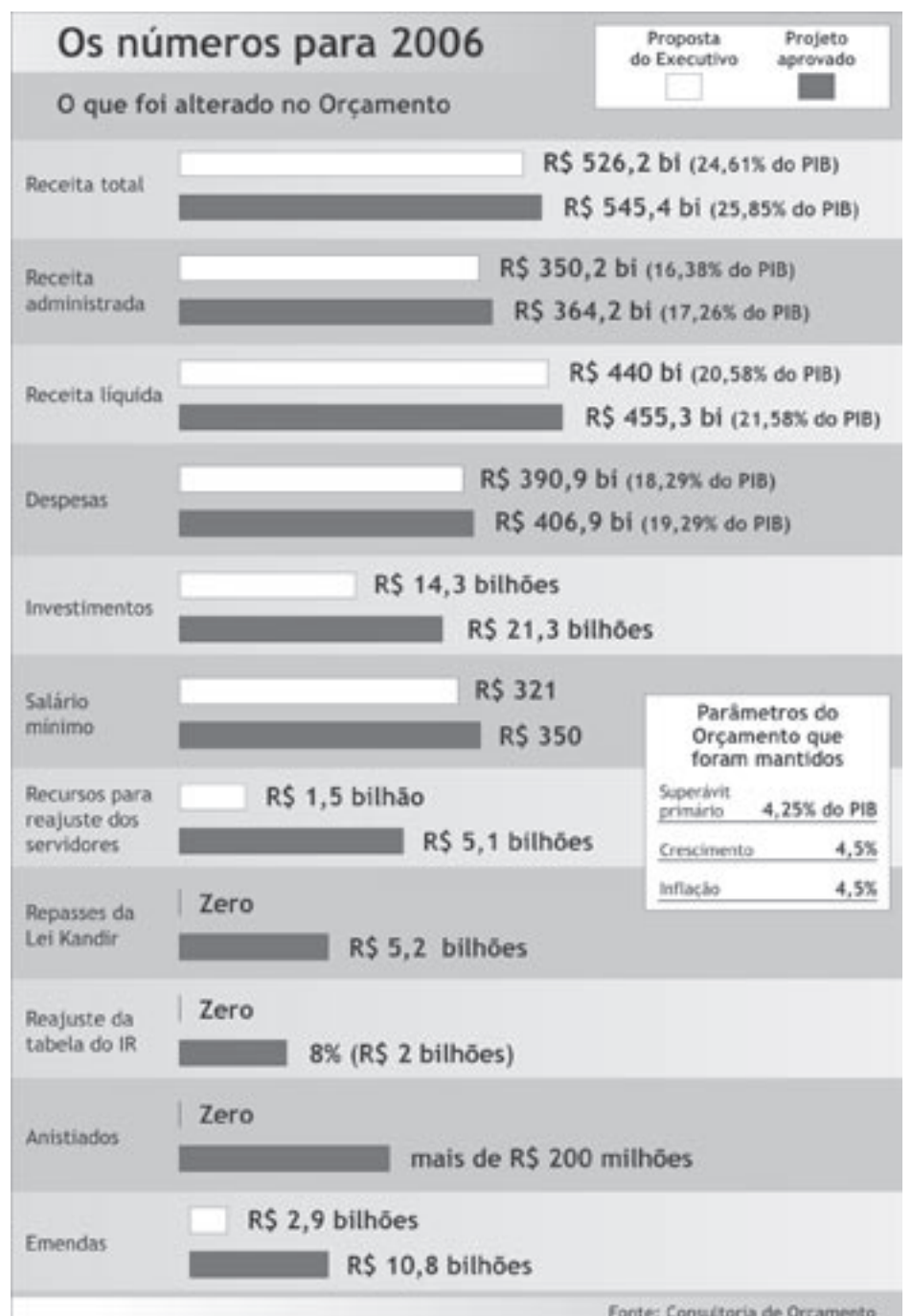
remanejamento de verbas já orçadas pelo Executivo. Desse total, os senadores teriam direito de propor três emendas (duas de apropriação e uma de remanejamento) às respectivas bancadas.

O deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), relator do projeto na Câmara, endossou as propostas de Barros. Já o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), relator no Senado, manteve em seu parecer o número de emendas hoje em vigor (de 18 a 23), para bancadas estaduais com mais de 18 parlamentares – bancadas menores, como as do Acre e Amapá, não teriam essa prerrogativa. E caberia aos senadores apresentar três emendas de apropriação de recursos novos, oriundos de reestimativa de receita.

Eduardo não alterou o texto de Barros quanto à criação da figura do relator da Receita, encarregado da reestimativa de receita. Na prática, tal figura dividiria responsabilidades com o relator-geral do projeto de lei orçamentária.



Parecer de Eduardo mantém número de emendas entre 18 e 23 por bancada



CONGRESSO

Governo terá que correr para gastar até junho

O Congresso deve encaminhar esta semana à Casa Civil o projeto do Orçamento deste ano, que pode ser sancionado pelo presidente da República em até 15 dias. Assim, na melhor das hipóteses, o Orçamento de 2006 começará a ser executado em maio, com um dos cronogramas mais apertados dos últimos anos, em função da lei eleitoral, que autoriza repasses voluntários somente até o fim de junho.

Nesse meio tempo, o governo deve definir o tamanho do repesamento das verbas orçadas, mais conhecido como contingenciamento. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já avisou pela imprensa que haverá uma adequação das despesas à necessidade de produzir um

superávit fiscal de 4,25% do produto interno bruto (PIB). Isso significa que o contingenciamento deve recair, como sempre, sobre o acréscimo de receita de R\$ 15,6 bilhões estimado pelo Congresso e mais especificamente sobre as emendas parlamentares. Mantega informou que o bloqueio não alcançará R\$ 20 bilhões – consultores da área orçamentária no Congresso apostam em metade desse valor.

De qualquer modo, essa decisão reforça a tese de que o caráter autorizativo da lei brasileira transforma o Orçamento em peça de ficção, e que isso precisa ser mudado. O assunto vem sendo debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Orçamento de 2006 sinaliza novo impulso nos investimentos federais. A proposta enviada pelo Executivo estimava R\$ 14,3 bilhões nos orçamentos

fiscal e da seguridade social. Os parlamentares alavancaram esse valor em quase 49%, revisando os investimentos para R\$ 21,3 bilhões.

Apesar dos embates entre opositoristas e governistas no Congresso, o peso da participação do Legislativo no Orçamento ainda é pequeno. Para se ter idéia, as emendas parlamentares correspondem a somente 2,4% da arrecadação líquida prevista, de R\$ 455,3 bilhões. O trabalho expressivo deste ano foi corrigir falhas e omissões deixadas pelo Executivo.

Uma das negociações mais áridas foi o ressarcimento aos estados exportadores. Sem nenhum centavo orçado pelo governo, o valor para essas compensações acabou repetindo os R\$ 5,2 bilhões do ano passado, depois de uma verdadeira queda-de-braço entre os governadores e o Ministério da Fazenda.

O Congresso também viabilizou prioridades do governo, como o aumento do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 (custo de R\$ 5,7 bilhões), os reajustes ao funcionalismo para que todos obtenham 29% ao final dos quatro anos da administração Lula (gasto de R\$ 5,1 bilhões) e o projeto ainda em tramitação que cria o Fundeb (R\$ 550 milhões).

Na reta final para a aprovação do substitutivo do deputado Carlito Merss (PT-SC), questões regionais ganharam fôlego no Plenário do Congresso. O governo cedeu aos opositoristas para concluir a votação. Emenda do relator garantiu, por exemplo, que a Petrobras, por meio de remanejamento de recursos, reserve R\$ 110 milhões para o gasoduto Coari-Manaus.

Sob nova direção, CMO examina o Plano Plurianual

A revisão do Plano Plurianual (PPA), que aponta os investimentos prioritários do governo para o período 2004 a 2007, será submetida à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na reunião agendada para terça-feira, às 14h30. Essa votação será a primeira sob a batuta da nova mesa da comissão, eleita no último dia 18, apesar de ter sido aprovado requerimento na sessão do Congresso, na

semana passada, para que o relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) possa ser apreciado diretamente no Plenário.

Durante um ano, a CMO será presidida pelo deputado Gilmar Machado (MG), que coordenava a bancada do PT

na comissão. Ele substituiu o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que em seu discurso de despedida não poupou o governo, criticando o “rombo” de cerca de R\$ 14 bilhões na proposta do Executivo, que teve de ser consertado no

Congresso, e a falta de quórum para votações na CMO.

O novo presidente da comissão informou que o PMDB deverá indicar os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) para relator do Orçamento de 2007 e Romero Jucá (PMDB-RR) para relatar a LDO. A comissão volta a ter o senador Efraim Morais (PFL-PB) na 1ª vice-presidência, cargo que ocupou em 2004.

Execução orçamentária será uma das mais apertadas dos últimos anos



Lei deverá entrar em vigor 120 dias após a aprovação da PEC de Antonio Carlos (E), presidente da CCJ

Lei vai regulamentar orçamento impositivo

Foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na quarta-feira passada, a emenda de Plenário que prevê a elaboração de uma lei complementar para que o Orçamento torne-se impositivo em todo o país. Por acordo entre os integrantes da CCJ, ficou estabelecido que a lei complementar deverá entrar em vigor no prazo de 120 dias após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 22/00) que torna obrigatória a execução da programação constante da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A PEC, cujo primeiro signatário é o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da CCJ, já foi aprovada na comissão e submetida à discussão, em

primeiro turno, no Plenário do Senado, ocasião em que recebeu emendas. Uma que foi acolhida, de autoria do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), prevê a implantação da lei complementar. Ela havia sido rejeitada pelo relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA), mas acabou sendo acatada por acordo com o presidente e os membros da CCJ, após Mercadante argumentar que seria impossível implantar o orçamento impositivo no país sem, antes, estabelecer prazos, procedimentos e regras para essa nova medida pois, do contrário, poderia haver “desorganização do processo orçamentário”.

Por sugestão de Antonio Carlos, foi formada uma comissão

composta pelo relator, por Mercadante e pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) para dar nova redação à matéria, já incluindo a emenda do líder do governo. O prazo de 120 dias não estava previsto na emenda de Plenário e foi sugerido e aprovado durante a reunião da comissão.

Os senadores elogiaram tanto a PEC como a sugestão de Mercadante, alegando que, somente com tal medida, o Orçamento “deixará de ser uma peça de ficção”. Segundo Pedro Simon (PMDB-RS), no mundo inteiro o orçamento é do jeito que a PEC propõe. Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a aprovação da PEC e da emenda de Mercadante, afirmando que atualmente há uma desmoralização do Orçamento.

Prefeitos pressionam por reforma tributária

Prefeitos de todo o país reúnem-se nesta semana na 9ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Trata-se do maior evento municipalista do país. Em 2005, reuniu mais de 3 mil prefeitos, além dos presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado, 18 ministros, governadores, deputados e senadores.

O evento será realizado a partir desta terça até quinta-feira no Blue Tree Convention Center, por iniciativa da Confederação Nacional dos Municípios. O tema será “Os Municípios Unidos Reconstruindo um Pacto Federativo Solidário”.

A principal novidade deste ano será a apresentação do Índice de Responsabilidade Fiscal, que avalia o desempenho dos muni-



Ideli anuncia apoio do governo à aprovação da reforma tributária na Câmara

cípios em três áreas: fiscal, social e gestão da prefeitura.

Na semana do evento, os prefeitos deverão aproveitar para fazer pressão por temas de interesse dos municípios em tramitação no Congresso. Nesta

terça-feira, estão previstas reuniões com as bancadas estaduais no Senado e na Câmara. Um dos assuntos mais importantes para as prefeituras diz respeito à elevação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em um ponto percentual.

Esse aumento terá apoio do governo federal, conforme anunciou a líder do PT, Ideli Salvatti (SC). Segundo a senadora, o Executivo está empenhado em ver satisfeita outra expectativa dos prefeitos: a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Ideli destacou uma série de iniciativas importantes na área de educação, como o repasse direto do salário-educação para o ensino fundamental.

Comissão do mínimo define agenda de trabalho

A Comissão Mista Especial do Salário Mínimo reuniu-se na terça-feira passada para discutir o agendamento de futuras reuniões. A próxima audiência pública, que discutirá políticas para o salário mínimo, será nesta segunda-feira em São Paulo, no Auditório Franco Montoro, às 11h30. A reunião contará com representantes de associações de

trabalhadores das áreas de asseio e conservação, agricultura, comércio e construção civil, além do Sindicato dos Aposentados.

Foram marcadas também audiências públicas em Salvador, no dia 8 de maio; em Porto Alegre, 22 de maio; em Manaus, 5 de junho; e em Campo Grande, em 19 de junho, sempre às segundas-feiras. Serão realizadas ain-

da, embora sem datas definidas, audiências públicas no Rio de Janeiro, em Cuiabá, em Aracaju e em Belém.

– Acredito que agosto e setembro não são adequados para as reuniões, por ser este um ano eleitoral, e muitos de nós estaremos em campanha – disse o presidente da comissão, deputado Jackson Barreto (PTB-SE).

COMISSÕES



Zambiasi (E), Juvêncio da Fonseca, Camata, Paim, Delcídio Amaral e Simon em debate sobre a Varig

Senadores discutem soluções para a Varig

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou requerimento para realização de audiência pública conjunta com outras comissões, nesta terça-feira, às 10h, a fim de discutir a situação do grupo Varig. Na mesma reunião foi acatado requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) para ouvir a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, sobre o mesmo assunto. Ainda não há data marcada para essa audiência.

Na quinta-feira, em Plenário, Simon criticou o governo por sua “frieza” no tratamento do caso e salientou a declaração do juiz Roberto Ayoub, responsável pelo processo de recuperação da empresa, de que a Varig ainda teria condições de se reerguer.

– Surge uma luz no fim do túnel – afirmou, para logo em

seguida sugerir que o governo faça “um acerto de contas” com a companhia aérea.

Na mesma linha, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário a viabilidade econômica da Varig e citou artigo do economista Paulo Rebello sobre o assunto. Paim lembrou que a empresa firmou pacto obrigando-se a “pagar cem por cento de seus débitos passados, renegociados em até 20 anos”.

Durante o debate na CI, os senadores apoiaram a idéia de o governo federal participar da busca por uma solução para salvar a empresa, mas ressaltaram que a injeção de dinheiro público se mostra inviável por conta da atuação da Fundação Rubem Berta, controladora do Grupo Varig – classificada por Gerson Camata (PMDB-ES) de “predatória”, por

ter transformado a companhia em um “cadáver insepulto”.

Ney Suassuna (PMDB-PB) informou que, mesmo com apenas 58 aviões, a fundação sustenta quase 1.300 pilotos, alguns com salários de até R\$ 50 mil. O presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), pediu que o governo tenha com a Varig a mesma paciência que teve com a Transbrasil, que “até hoje não teve seus hangares tomados”.

Um grupo especial formado por Simon, Paim, Suassuna e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) acompanhará os depoimentos da audiência pública e definirá os rumos a serem tomados em seguida. A reunião será realizada em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Jefferson Péres faz mobilização por empresa

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) iniciou, na quarta-feira passada, mobilização para levar o governo a interferir nas negociações para salvar a companhia aérea Varig da asfixia financeira e reestruturá-la. Além de encaminhar manifesto ao presidente Lula, os senadores vão realizar audiência pública para ouvir todos os interessados na questão.

Jefferson Péres criticou duramente o governo por negar apoio à Varig, até porque deve R\$ 4 bilhões à companhia aérea – valor que já estaria definido pela Justiça, em última instância.

– É falsa a afirmação de Lula de que a empresa está falida. A Varig se encontra em recuperação

judicial e tem plenas condições de se reerguer, conforme o juiz que cuida do caso. Eu não defenderia dinheiro público para empresa falida – disse Péres.

Apesar de apoiarem uma saída para a Varig, os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Ney Suassuna (PMDB-PB) apontaram a necessidade de maiores concessões por parte dos empregados da Varig, o que foi condenado por Heloísa Helena (PSOL-AL) e pelo próprio Jefferson Péres.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) acusou o governo de induzir a Varig a maus negócios em prol de “uma política externa questionável”, quando solicitou que a companhia ampliasse linhas

internacionais não rentáveis. Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou que o BNDES tem liberado recursos para diversas empresas, inclusive a Rede Globo.

Roberto Saturnino (PT-RJ) fez um apelo ao governo para que intervenha favoravelmente à Varig, com soluções concretas para as dificuldades financeiras da companhia. Romeu Tuma (PFL-SP) também manifestou apoio ao pedido de intervenção do governo federal e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que, caso seja decretada a falência da Varig, serão prejudicados vários órgãos do governo federal, como a BR Distribuidora e a Infraero, que têm créditos junto à empresa.

Proposta muda prazo para prescrição de férias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quinta-feira projeto de lei que determina que a contagem do prazo prescricional do direito de férias do trabalhador começará a contar apenas após o fim do contrato de trabalho. Pela atual legislação, o trabalhador pode reclamar as férias, ou o seu pagamento, até o prazo de 12 meses subsequentes à data que adquire o direito. O PLS 196/03, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da comissão, altera o artigo 149 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e recebeu decisão terminativa.

Paulo Paim (PT-RS) frisou, ao ler o relatório da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), que a atual legislação pode beneficiar empregadores desonestos já que, de acordo com a Constituição, as ações trabalhistas só podem ser efetivadas em até dois anos após o trabalhador deixar o emprego, permitindo que sejam discutidos apenas direitos relativos aos cinco anos anteriores ao início da ação.

A comissão aprovou também, em caráter terminativo, projeto de lei que estabelece 5 de fevereiro como o Dia Nacional da Mamografia. A autora, senadora

Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que a proposta tem o objetivo de reservar uma data para discutir as políticas públicas destinadas à mulher nessa área.

Foi aprovado ainda projeto de lei da Câmara que garante aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida de trabalho. O relator foi o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O PLS 142/04, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), igualmente recebeu o voto favorável da comissão. A proposta permite ao assalariado com mais de 45 anos sacar o saldo de sua conta no PIS/Pasep.

Agência de proteção à criança aprovada na CCJ

O projeto de lei do Senado que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na semana passada. A matéria ainda será examinada e votada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão terminativa.

A proposta (PLS 50/05) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) cria a agência para estimular e executar, diretamente ou por meio de convênios, as políticas de proteção à criança e ao adolescente emanadas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Para o relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), essa atividade compreende a promoção e a interação das políticas públicas executadas pelos diversos entes da Federação, além das iniciativas da sociedade civil organizada. Pelo projeto, a agência será um órgão

diretamente vinculado à Presidência da República e caberá também à instituição propor diretrizes para as políticas do setor.

A agência também coordenará a elaboração da proposta orçamentária na parte relacionada aos recursos destinados ao desenvolvimento de políticas de atendimento às crianças e adolescentes.

A CCJ também aprovou projeto originário da Câmara (PLC 87/05) que cria cargos comissionados no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.



Cristovam quer estímulo e execução das políticas de proteção aos menores

Brasil terá Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil

O dia 23 de novembro passará a ser considerado Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil, segundo o projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). Nessa data, deverão ser promovidos debates e eventos destinados a divulgar ações preventivas contra a doença e apoiar ações organizadas pela sociedade civil em benefício de crianças acometidas pelo câncer.

– Trata-se de um projeto meritório e que merece ser aprovado – disse a relatora do PLS 382/05, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), em seu voto favorável.

A instituição do Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil, acredita Lúcia Vânia, poderá

ajudar a informar a sociedade brasileira a respeito da importância de se buscar um diagnóstico precoce da doença.

Índio guarani no Livro dos Heróis da Pátria

Igualmente em decisão terminativa, a CE aprovou o PLS 421/05, do senador Paulo Paim (PT-RS), que inscreve o nome do índio guarani Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria, localizado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. Tiaraju morreu há 250 anos, durante batalha contra soldados portugueses e espanhóis, no Rio Grande do Sul.

– Esse será o primeiro índio a ser consagrado no panteão – observou Paim.

Acolhidos nomes para agências reguladoras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, na última terça-feira, a recondução de Victor de Souza Martins para o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP). O colegiado também acolheu os nomes de Romeu Donizete Rufino e de José Guilherme Silva Menezes Senna para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As indicações serão submetidas ainda a votação pelo Plenário.

César Borges alerta para licitação no porto de Aratu

O senador César Borges (PFL-BA) alertou para a possibilidade de vício na licitação destinada à construção de um terminal de grãos no porto baiano de Aratu. Segundo Borges, o terminal estaria sendo “dirigido aos interesses da empresa Bunge Alimentos”, a única, conforme ele, que pode atender a exigência de capital mínimo prevista no edital. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura já aprovou requerimento para ouvir o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, e o diretor presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), Geraldo Simões, sobre a licitação.

COMISSÕES

Diplomatas de carreira ganham reajuste dos vencimentos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei da Câmara que aumenta a remuneração dos integrantes das carreiras de diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria. A matéria ainda será submetida a votação no Plenário.

Pelo projeto (PLC 17/06), de autoria da Presidência da República e com relatoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o reajuste na remuneração é estendido também aos servidores do quadro de pessoal do Hospital das Forças Armadas e aos cargos de juiz-presidente e juiz do Tribunal Marítimo.

Com relação aos servidores da área diplomática, o aumento incidirá sobre as gratificações devidas, que passarão de 50% para até 100% do vencimento básico, de acordo com a avaliação individual de desempenho e o cumprimento de metas institucionais, conforme a justificação do projeto.

A correção, aplicada em duas etapas, é retroativa a 1º de agosto de 2004 e a 1º de abril de 2005, segundo estabelece o projeto. No caso dos aposentados, o benefício recebido será também reajustado, passando dos atuais 10% para 30% do valor máximo da gratificação.

Senadoras também terão direito a licença-maternidade

Projeto de resolução que altera o Regimento Interno do Senado para equiparar as licenças maternidade e paternidade à licença para tratamento de saúde dos parlamentares foi aprovado pela CCJ na semana passada. A autora, Patrícia Saboya (PSB-CE), pretende assegurar às senadoras gestantes, adotantes ou com guarda judicial de crianças a possibilidade de afastamento por até 120 dias. Além disso, os senadores também terão direito a cinco dias de licença pelo nascimento ou adoção de filho.

O relator da proposta (PRS 23/06), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou emenda acrescentando o período de 30 dias de afastamento permitido no caso de adoção de crianças entre quatro e oito anos de idade. Também tem direito a 60 dias de afastamento a senadora que adotar criança entre um e quatro anos.

Em meio a grande polêmica, foi também aprovado na reunião projeto originário da Câmara (PLC 16/06) que autoriza o Executivo a doar um helicóptero Esquilo, do acervo da Aeronáutica, para a Armada do Uruguai. Vários senadores criticaram a iniciativa sob o argumento de que os órgãos de segurança em seus próprios estados estão desaparelhados para combater a criminalidade crescente.

Estados e municípios são autorizados a ceder dívidas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou substitutivo ao projeto de resolução do Senado que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios, estados e Distrito Federal a instituições financeiras. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou que apresentará emenda quando a matéria (PRS 57/03) for votada no Plenário, para evitar que o socorro financeiro possa trazer de volta as chamadas antecipações de receitas orçamentárias (Aros). Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), no entanto, já ficou claro, pela redação do substitutivo aprovado, que não há qualquer perigo da volta das Aros.

Por esse texto, já examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), estados e municípios poderão ceder a instituições financeiras sua dívida ativa consolidada, mediante a antecipação de até o valor de

face dos créditos, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos em lei.

Na última reunião da CAE, na semana passada, houve discussão a respeito da matéria por parte dos senadores. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que a lei não poderia permitir o comprometimento de receita corrente, advertindo que as Aros tiveram conseqüências “devastadoras”. Ele foi apoiado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), que lembrou a falência de bancos por esse motivo e disse que o país não deve recuperar uma prática nefasta para o erário.

Por outro lado, os senadores que defenderam o projeto alegaram que a proposta vai beneficiar os municípios, sacrificados com a falta de recursos. Romeu Tuma argumentou que “os municípios já estão muito aflitos” e necessitam que se tome logo uma decisão sobre esse assunto. O relator do



Jucá, com Valdir Raupp (ao fundo), na reunião da CAE: emenda em Plenário para evitar a volta das antecipações orçamentárias

projeto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), cujo substitutivo foi aprovado na CAE, também defendeu a proposta.

O autor do projeto, Sérgio Cabral (PMDB-RJ), explicou que o projeto

visa apenas recuperar passivos e não tem nada a ver com o uso de receitas correntes. O substitutivo de Jonas Pinheiro, acrescentou, impede uma relação com as antigas Aros.

Petroquímica ganha acesso a mais recursos

A indústria petroquímica de primeira e segunda gerações, que produz matérias-primas básicas como eteno, propeno e resinas termoplásticas, foi incluída entre

os setores que poderão se beneficiar de recursos do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural (CTPetro). Apresentada pelo se-

nador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a proposta (PLS 268/03) foi aprovada pela CAE em decisão terminativa na semana passada, após também passar pela Comissão de Educação.

Com origem nos *royalties* pagos pela indústria do petróleo, os recursos do fundo financiam projetos de inovação tecnológica. O CTPetro, conhecido como o fundo setorial do petróleo e do gás natural, é um dos 14 fundos setoriais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Um dos objetivos dessa abrangente fonte de recursos é induzir os investimentos privados em ciência e tecnologia, por meio de parcerias entre o setor produtivo e as universidades ou centros de pesquisa.

Na CAE, a proposta foi apro-

vada com a inclusão de emenda do relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pela qual são ampliados os recursos originalmente previstos para a pesquisa e o desenvolvimento de produtos na indústria petroquímica. Além dos *royalties* sobre a lavra de petróleo e gás no continente, o novo fundo setorial contará ainda com recursos da exploração em áreas da plataforma continental.

A comissão aprovou ainda pedido do governo de Minas Gerais para contratar crédito externo no valor de US\$ 170 milhões junto ao Banco Mundial, para financiamento parcial de projetos estruturantes relativos ao ajuste fiscal, ao aprimoramento da gestão pública e ao estímulo do desenvolvimento econômico.



Tourinho, autor da proposta, e a senadora Serys Slhessarenko: incentivos aos projetos de inovação tecnológica no setor

Motoristas antigos livres de cumprir novas exigências

Os motoristas das categorias A e B que tenham sido originalmente habilitados sem a exigência de realizar cursos de direção defensiva e de primeiros socorros – instituídos pelo Código de Trânsito Brasileiro, em 1998 – serão dispensados desse requisito no momento da renovação da carteira.

No entanto, a dispensa dos cursos, prevista no projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovado pela CCJ na semana passada, vale apenas para os motoristas que nunca tenham sido punidos com a suspensão do direito de dirigir ou com a cassação da habilitação.

O projeto (PLS 276/05) mantém a exigência para os condutores que estejam com o exame de aptidão física e mental vencido por mais de cinco anos.

Acolhido com emendas do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RR), o parecer favorável reforça a argumentação do autor de que seria excessiva a exigência dos cursos para quem já dirigia antes do novo código. Se o condutor nunca sofreu suspensão ou teve sua licença cassada, isso significa que é capaz de dirigir de forma adequada, avalia Tourinho.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse concordar com a opinião de que era preciso impedir que a exigência dos cursos se transformasse em mercado adicional para as auto-escolas. Observou, porém, que a instituição do novo código de trânsito promoveu ganhos na redução de acidentes e chegou a sugerir adaptação no projeto para que os cursos e a avaliação fossem mantidos, ainda que pela internet.

Decisão facilita interpor recurso especial ao STJ

A CCJ também aprovou, na semana passada, parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 95/01) que admite a utilização de decisões disponíveis na mídia eletrônica, inclusive na internet, para fins de interposição de recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A proposta, que altera o parágrafo único do artigo 541 do Código de Processo Civil, foi relatada pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE) e ainda será submetida ao exame do Plenário.

O PLC 95/01 é de autoria do então deputado Edison Andrino. Em seu parecer, Almeida Lima considera a alteração pertinente e assegura que a matéria está de acordo com as normas de atualização de procedimentos judiciais. Segundo ele, os tri-

bunais federais já se preparam para adotar códigos de barras nos processos, com vistas à redução do tempo de recepção, classificação e distribuição dos autos.

Almeida Lima também ressalta que já existe permissão legal, concedida às partes em litígio, para a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens do tipo fac-símile ou modo assemelhado, visando à prática de atos que dependam de petição escrita.

– A jurisprudência demonstrativa da divergência é fruto do próprio tribunal superior a que é submetida e faz pouco ou nenhum sentido negá-la apenas por não se revestir de maiores formalidades – conclui o parlamentar.

COMISSÕES

Setor aviário já demitiu 15 mil, alerta sindicato

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a gripe aviária, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac), Siderlei Silva de Oliveira, afirmou que 15 mil trabalhadores do setor já foram demitidos em decorrência da paralisação temporária da produção de frangos determinada pelos empresários. Além dos demitidos, mais 25 mil empregados foram colocados em férias coletivas.

O debate na CDH, na semana passada, foi presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da comissão e autor do pedido de realização da audiência pública, que reuniu representantes da indústria da alimentação e dos trabalhadores do setor avícola de diversos estados.

Ao denunciar a situação dos trabalhadores, Siderlei disse que a medida adotada pelas empresas foi tomada

para impedir a queda do preço no mercado interno. Esse preço cairia, argumentou o presidente da Contac, com o aumento da oferta provocado pela redução da exportação do frango, causada pelo temor à gripe aviária entre os consumidores dos países im-

portadores. Siderlei avaliou que os empresários do setor passam todo o ônus da crise para os trabalhadores e pedem compensações ao governo.

Sindicalista disse ainda que 25 mil foram colocados em férias coletivas



Paulo Paim ouve depoimento do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação, Siderlei Silva

– Os empresários paralisaram a produção para manter o preço do mercado interno aquecido e querem benefícios do governo, mas nós defendemos que esses benefícios sejam

casados com a garantia de não demissão – declarou. Siderlei e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, denunciaram ainda a demissão de trabalhadores que adoecem em função das condições de trabalho. Segundo

portadores. Siderlei avaliou que os empresários do setor passam todo o ônus da crise para os trabalhadores e pedem compensações ao governo.

Felício, apesar da alta lucratividade obtida com as exportações nos últimos anos, a média do valor do salário pago no setor é de dois salários mínimos. Isso acontece, de acordo com o presidente da CUT, até nas multinacionais que foram atraídas para o Brasil pela lucratividade na exportação de frango.

As empresas aproveitam-se da crise para diminuir salários e aumentar as exigências de trabalho, segundo os líderes sindicais. Em alguns segmentos da indústria do frango, os empregados chegam a trabalhar até 16 horas por dia, disse Felício ao detalhar as denúncias. O trabalhador é obrigado a desossar seis coxas de frango por minuto, quase 3 mil por dia, segundo o presidente da CUT.

Empresas sugerem campanha de esclarecimento

Líderes sindicais que representam trabalhadores do setor de produção de frango cobram do governo, além de medidas consistentes para a prevenção da gripe aviária, ações de marketing para estimular o consumo do produto. O objetivo é minimizar a crise decorrente da retração das vendas do produto brasileiro no mercado internacional verificada após a eclosão da virose em países orientais e europeus. O apelo foi feito na audiência da CDH.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA), Artur Bueno de Camargo, sugeriu uma grande campanha publicitária no exterior,

estrelada por jogadores da Seleção Brasileira de Futebol e outras personalidades com visibilidade internacional, em que essas pessoas apareçam como consumidoras do frango brasileiro.

– Iniciativas como essa precisam ser cobradas do governo para que as exportações alcancem um patamar mais importante – defendeu.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, Darci Rocha, reforçou o apelo em favor das campanhas de incentivo ao consumo. Porém, sugeriu que o foco seja o mercado interno, como forma de

compensar a retração das vendas no exterior.

Rocha também pediu a união do Legislativo e do Executivo para cobrar responsabilidade social das empresas do setor, que tiveram lucros elevados nos últimos anos, mas, ao primeiro sinal de crise, reduziram a produção e promoveram demissões, inclusive de trabalhadores portadores de doenças ocupacionais.

Também participaram os presidentes das federações dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Mato Grosso e do Paraná, respectivamente, Sidney Amorim e Hernani Garcia Ferreira.

Proibição de taxas pode prejudicar aluno carente

A aprovação, pelo Senado, de projeto que torna explícita a proibição de cobrança de taxas em estabelecimentos oficiais de ensino (PLC 40/05) poderá dificultar a permanência de alunos pobres nas universidades federais. A advertência foi feita por representantes do governo e das instituições federais durante audiência pública na Comissão de Educação (CE).

– O projeto [já aprovado pela Câmara] foi apresentado com a melhor das intenções, mas é por meio da cobrança de pequenas taxas, como a destinada à expedição de diplomas, que as universidades conseguem manter programas de permanência de estudantes carentes, além de restaurantes subsidiados e moradias estudantis, dentro ou fora dos campi – disse o vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

(Andifes), Paulo Speller.

Segundo o representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Tadeu Pena, o governo está preocupado com o projeto, pois ele poderá implicar sérias conseqüências sobre a atual estrutura das instituições federais, como o fim da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* pelas universidades federais, hoje pagos.

– Com o sistema de cotas, mais estudantes carentes chegarão aos nossos cursos. Devemos nos preocupar também com a sua permanência e com a sua saída – disse o coordenador regional do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), Kleber Salgado Bandeira, segundo o qual 65% dos estudantes das universidades públicas federais provêm de famílias de baixa renda.



Leonel Pavan (segundo à direita), presidiu o debate sobre cobrança de taxas, com representantes do ensino superior

Assunto divide senadores

O pagamento de taxas foi defendido pela maioria dos parlamentares que participaram da audiência pública para debater o PLC 40/05. Eles são contrários ao projeto, que exige os estudantes do ensino público de qualquer pagamento.

– Para retirar essas taxas, teríamos que cobrar dos que hoje recebem os benefícios. Cobrar dos que estão lá seria uma coisa dramática – alertou Ronaldo Tadeu Pena, representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

O senador Paulo Paim (PT-RS)

ressaltou a necessidade dos que “foram aquinhoados pela vida” contribuírem para o incremento da educação brasileira e defendeu o pagamento de taxas pelos estudantes com renda familiar elevada e, mais uma vez, o estabelecimento de cotas raciais nas universidades.

Paim discordou de posição manifestada anteriormente pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), relator do projeto, de que o estudo deve ser gratuito para qualquer estudante, rico ou pobre, conforme estabelece a Constituição.

Ideli Salvatti quer urgência para regionalizar a programação de TV

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), presidenta da Frente Parlamentar de Cultura, recolherá assinaturas e apresentará requerimento de urgência para aprovar o PLC 59/03 no Plenário. O projeto, hoje na Comissão de Justiça (CCJ), determina a regionalização da programação cultural, artística e jornalística de TVs e rádios nos estados, além de dar espaço para a produção independente.

Segundo a senadora, a proposta enfrenta resistência de emissoras com repetidoras nos estados, que acham “mais conveniente e barato” reproduzir a programação nacional, sem dar muito espaço aos produtos locais.

– Em termos culturais, isso é um de-

astre: fecha portas para o surgimento de talentos, não dá oportunidade às potencialidades artísticas. São cometidos verdadeiros assassinatos – disse Ideli.

Na prática, o projeto da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatado pelo senador César Borges (PFL-BA) na CCJ, estabelece um número de horas por semana em que deve ser veiculada produção artística, jornalística e até a publicidade de cada estado brasileiro.

A quantidade de horas semanais varia com o número de domicílios com TV que cada emissora atende, podendo chegar a 32 horas. O projeto estabelece ainda que esse limite seja aumentado gradativamente ao longo de cinco anos.

Conselho discute regras da radiodifusão

O Conselho de Comunicação Social reuniu-se para discutir os marcos regulatórios dos meios de comunicação social do país, envolvendo, entre outros itens, a polêmica sobre a quem cabe produzir o conteúdo da programação. Isso vinha e continua sendo feito pelas empresas de radiodifusão (rádio e televisão), mas, com a evolução tecnológica dos últimos anos, na qual se insere o surgimento da internet, as operadoras de telefonia também passaram a se interessar por esse mercado. A disputa se reflete, por exemplo, na escolha do sistema de TV digital a ser implantado no Brasil.

– São *players* [participantes] com modelos de negócios diferentes – ressaltou Paulo Tonet Camargo, diretor-geral em Brasília do grupo Rede Brasil Sul (RBS) que, no Conselho de Comunicação Social, representa

as empresas de imprensa escrita.

Segundo ele, uma das principais diferenças entre esses dois modelos é a plataforma sobre a qual atuam: uma, a das empresas de radiodifusão, obtém suas receitas por meio de publicidade; a outra, a das empresas de telecomunicações, entre as quais as operadoras de telefonia, baseia suas receitas em tarifas.

A questão da cobrança de direitos autorais sobre trilhas sonoras utilizadas em filmes exibidos publicamente também foi debatida. O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), que tem o apoio de um grupo de artistas, vem cobrando esses direitos sobre a receita bruta da bilheteria de filmes exibidos nos cinemas nacionais. Mas a cobrança é contestada por empresas de comunicação.

CRISE POLÍTICA Presidente da CPI pede esforço para concluir investigações antes da campanha e da Copa do Mundo

Plenário votará pedido de convocação de Bastos

O requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, venha prestar esclarecimentos no Plenário sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa será colocado em votação logo que a pauta do Senado for desobstruída. O esclarecimento foi dado por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que presidia a sessão no momento em que foi interpelado sobre o assunto pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). A pauta está trancada por três medidas provisórias.

Arthur Virgílio considerou insatisfatório o depoimento de Thomaz Bastos na Comissão de Justiça da Câmara e manteve seu requerimento convocando o ministro. Heloísa Helena e Leonel Pavan (PSDB-SC) também avaliaram que os esclarecimentos prestados pelo ministro não foram suficientes para dirimir as dúvidas e anunciaram que

votarão a favor do requerimento de Virgílio.

Em depoimento aos deputados, na quinta-feira, Thomaz Bastos negou que tenha prestado qualquer serviço de advocacia ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci no episódio da quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo Costa.

O ministro classificou de "mitologia" a versão de que tentara criar uma rede de proteção a Palocci a partir do Ministério da Justiça. A prova, segundo ele, é que a Polícia Federal desvendou a cadeia de fatos que levaram à quebra de sigilo.

Questionado sobre a ida de dois de seus assessores à casa de Palocci, Márcio Thomaz Bastos explicou que eles estavam lá a pedido do então ministro da Fazenda para analisar a possibilidade de investigar rumores de que o caseiro estaria recebendo dinheiro para fazer denúncias sobre Antonio Palocci.

CPI pode requisitar busca de dados sobre sorteio da Caixa

A CPI dos Bingos deverá pedir busca e apreensão na Caixa Econômica Federal caso ela não atenda a requerimento que solicita comprovantes de aposta da Mega-Sena dos vencedores de prêmios com valor rateado superior a R\$ 5 milhões ou distribuídos para mais de quatro ganhadores desde 1997.

A CPI requisitou tais documentos em março, mas, na quinta-feira, recebeu ofício no qual o

banco se recusava a oferecer tais documentos. Após contato com a área jurídica da Caixa, ficou acordado que os documentos serão entregues nesta semana.

– Vamos aguardar, mas já vou deixar assinado o termo de busca – disse o presidente da CPI, Efraim Morais.

O relator, Garibaldi Alves Filho, garantiu que "as informações serão mantidas em sigilo e tratadas com discrição".

Roberto Teixeira depõe e nega esquema de caixa dois

Somente em sua terceira notificação, o advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, compareceu à CPI dos Bingos para responder às acusações de que teria participado de esquema de arrecadação de dinheiro nas prefeituras petistas para financiar o caixa dois do partido. Ele só falou na quinta-feira – munido de *habeas corpus* – após o presidente da comissão, Efraim Morais, ameaçar pedir ajuda à Polícia Federal.

Ao negar por diversas vezes as acusações que lhe são imputadas pelo ex-petista Paulo de Tarso Venceslau, Teixeira esclareceu que nunca fez parte da Consultoria para Empresas e Municípios

(Cpem), mas que seu irmão Dirceu, sim, presta serviços advocatícios para o grupo.

Garibaldi Alves Filho e Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionaram o fato de o relatório da comissão especial de inquérito do diretório regional paulista do PT, em 1997, ter condenado a atuação de Roberto Teixeira, já que ele teria endossado a qualidade dos serviços da Cpem para algumas prefeituras. O depoente explicou que recorreu ao diretório nacional do PT, que abriu duas comissões de ética: uma para investigá-lo e outra a respeito de Venceslau.

– Eu fui absolvido e o Venceslau, expulso do PT – afirmou.

Bingos quer encerrar trabalhos até junho



A CPI dos Bingos poderá ser encerrada entre a última semana de maio e a primeira de junho, um mês antes do prazo previsto em sua última prorrogação – dia 24 de junho. As convenções nos estados, a Copa do Mundo e as comemorações das festas juninas são argumentos, segundo o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), para que a finalização dos trabalhos seja antecipada.

Para isso, o presidente e o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), irão negociar com os senadores do governo e da oposição a permanência de alguns requerimentos – cerca de 40 aguardam votação – e a rejeição de outros pedidos.

– Todos os lados terão de ceder porque não serão votados todos os requerimentos – afirmou Efraim.

Okamoto e Palocci na lista de espera

Na lista de requerimentos importantes está o que pede novamente – já que não foi autorizada até então pelo Supremo Tribunal Federal – a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Serviço Brasileiro

de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Paulo Okamoto, apontado pelo ex-petista Paulo de Tarso Venceslau como arrecadador de contribuições das empresas que possuíam contratos com prefeituras paulistas governadas pelo PT. O presidente do Sebrae nega as acusações.

Ele também teria pago uma dívida de R\$ 29 mil do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outra de sua filha Lurian Silva, no valor de R\$ 26 mil.

Também esperam exame os requerimentos para a convocação do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, e para sua acareação com o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Os dois – já indicados pela Polícia Federal – são acusados de ter violado a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, que em depoimento à CPI afirmou que o ex-ministro da Fazenda freqüentava uma mansão, conhecida como "casa do lobby", em Brasília.

Efraim afirmou

que Mattoso não falou a verdade quando depôs à comissão sobre o contrato da Caixa com a multinacional GTech e que ainda desrespeitou uma comissão de senadores que esteve no banco para tomar conhecimento de investigação relativa à quebra de sigilo do caseiro, escondendo-lhes os fatos.

Para finalizar, a CPI também quer ouvir João Arcanjo Ribeiro, o Comendador Arcanjo, acusado de chefiar o crime organizado no estado de Mato Grosso. Ele foi condenado a 37 anos de prisão por diversos crimes, entre eles lavagem de dinheiro.



Efraim: governo e oposição terão de ceder para reduzir número de requerimentos

Justiça recebe denúncia contra Palocci

A Justiça Federal em Brasília recebeu da Polícia Federal na última quarta-feira relatório parcial em que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci é acusado de ser o mandante da violação da conta bancária do caseiro Francenildo Costa.

Francenildo afirmou na CPI dos Bingos tê-lo visto de "dez a 20 vezes" na mansão conhecida como "casa do lobby", em Brasília. No dia seguinte ao depoimento teve seu sigilo bancário divulgado pela revista *Época*.

O ex-ministro, exonerado na semana seguinte à denúncia da violação, foi indiciado pelos crimes de quebra de sigilo bancário e funcional, prevaricação e denunciação caluniosa.

Já o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, que entregou nas mãos

de Palocci o extrato da conta do caseiro, é apontado como o executor da ordem e foi enquadrado nos crimes de quebra de sigilo bancário e funcional.

Ainda no relatório, a PF cita a participação do então assessor de Comunicação de Palocci, o jornalista Marcelo Netto, que também terá de responder pela violação de quebra de sigilo bancário.

Depois de receber o relatório de 161 páginas, a Justiça Federal em Brasília irá decidir se, com base no investigado, abrirá processo criminal contra os três citados.

O relatório é assinado pelo delegado federal Rodrigo Gomes Carneiro, que pedirá à Justiça

mais 30 dias para concluir as investigações.

No primeiro mês de investigação, foram ouvidas cerca de 30 pessoas sobre o caso. O caseiro também está sendo investigado pela PF sobre os R\$ 25 mil encontrados em sua conta, que ele alega ter recebido de seu pai biológico, o empresário Eurípedes Soares.

Palocci também está sendo investigado pelo Ministério Público e pela Polícia Civil do estado de São Paulo. O delegado Benedito Valencise, que esteve na CPI dos Bingos, tenta ouvir o ex-ministro sobre suposto esquema de corrupção montado em Ribeirão Preto (SP) durante suas gestões como prefeito.

Relatório de 161 páginas acusa Palocci, Mattoso e Marcelo Netto

Laptop furtado não continha informações sigilosas

Um *laptop* utilizado pela CPI dos Bingos foi furtado, no final da semana retrasada, da residência de um dos assessores da comissão.

No computador estavam arquivados apenas dados administrativos, como requerimentos de senadores solicitando a convocação de algumas pessoas e alguns modelos de outros documentos utilizados pela comissão.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse estar temero-

sa com o furto do computador, que poderia conter informações e documentos sigilosos da CPI.

As polícias Civil e do Senado investigam o caso. Segundo o presidente da CPI, senador Efraim Morais, na memória do aparelho não há qualquer informação comprometedora e todos os documentos sigilosos ficam guardados no cofre da comissão.

– A nossa preocupação era apenas recuperar o aparelho, já que é um patrimônio do Senado

– afirmou o senador.

Entre os documentos sigilosos de posse da CPI está parte da quebra dos sigilos do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto.

A CPI solicitou seus sigilos fiscal, bancário e telefônico, mas foi impedida de analisar o que recebeu, já que Okamoto recorreu ao Supremo Tribunal Federal e obteve liminar que proibiu a continuidade da divulgação de seus dados.



Roberto Teixeira afirma que jamais representou a Cpem e que desconhece esquema de arrecadação de recursos para o PT

CRISE POLÍTICA Requerimento pede a investigação de cinco fatos, entre os quais a quebra de sigilo de Francenildo

Proposta nova CPI sobre ação do governo



Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou à Mesa do Senado, na quarta-feira, requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar, entre outros fatos, a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa e pagamentos de dívidas do presidente Lula por Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O pedido foi assinado por 34 senadores.

Almeida Lima justificou seu pedido de investigação simultânea de cinco fatos diferentes, que se encontram detalhados no requerimento, por considerá-los conexos, além de permitir economia processual.

– Ruim seria transformar cinco fatos conexos em fatos autônomos para a instauração de cinco CPIs – disse.

Os senadores terão prazo até a meia-noite do



Almeida Lima apresentou à Mesa do Senado requerimento com assinatura de 34 senadores

dia em que o requerimento for lido em sessão plenária para colocarem ou retirarem assinaturas. A criação da CPI exige o apoio de, no mínimo, um terço dos membros do Senado, ou seja, 27 parlamentares.

Oposicionistas apóiam indiciamento dos envolvidos com o mensalão

Ao analisar a repercussão do parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que acatou denúncias mantidas pelo relatório final da CPI dos Correios sobre o esquema do mensalão, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou o pedido de indiciamento de 40 pessoas ligadas ao governo do PT. Segundo o parlamentar, só faltou um indiciamento no parecer do procurador: o de Lula.

– Por muito menos, por uma Fiat Elba, o presidente Collor sofreu *impeachment*. A imprensa inteira comenta sobre os 40 ladrões, mas faltou o Ali Babá, que todos devem saber quem é – enfatizou.

Antonio Carlos disse que as urnas deverão julgar Lula, mas que ainda há tempo para o início

de um processo de *impeachment* no âmbito da CPI dos Bingos.

Virgílio concorda com Veja sobre esquema

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou com matéria da revista *Veja* da semana passada de que o governo Lula montou um esquema que “envolve a maior quadrilha jamais montada com o objetivo de garantir a continuidade no poder de um mesmo grupo político, o PT de Lula”. A prática de desvio de recursos públicos por membros do governo também foi condenada por Mão Santa (PMDB-PI), que aponta a existência de um vácuo na função do Estado no Brasil, que redundou na ausência de justiça e em corrupção.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a população brasileira fica com a

sensação de que paga impostos para que recursos da arrecadação sejam desviados para a corrupção.

Alvaro considerou corajosa a iniciativa do procurador-geral da República de pedir o indiciamento de pessoas ligadas ao esquema do mensalão. Na opinião do senador, o trabalho do procurador foi eficiente, inteligente e demonstra responsabilidade pública.

– Os indiciados no esquema do mensalão merecem punição exemplar e o que o procurador fez foi dar uma resposta àqueles que ainda mantêm viva a esperança na dignidade – assinalou, ressaltando que o envolvimento do presidente Lula com o esquema de caixa dois no PT, não considerado no relatório da CPI dos Correios, também merece investigação.

Pavan: genro de Lula interfere na liberação de verbas para SC

Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou na quinta-feira o fato de o genro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marcelo Sato, ter sido denunciado por suposta interferência na liberação de recursos do Orçamento da União para as prefeituras de Santa Catarina. Pavan comentou o assunto referindo-se a notícia publicada naquele dia pelo jornal *O Globo*.

Por uma comparação do parlamentar catarinense, se a denúncia for provada, Sato seria então o quarto senador ou 17º deputado federal por Santa Catarina, “ou talvez ministro de um ministério forte, porque eu, senador, não consigo a liberação dos meus recursos empenhados no Orçamento, mas ele consegue”. – Quer dizer que o genro do presidente todo dia fala com prefeitos e vereadores? – questionou.

Antero pede que presidente informe sobre quebra de sigilo

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) comunicou ao Plenário do Senado ter apresentado à CPI dos Bingos, na quinta-feira, requerimento solicitando ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva informações sobre quem o informou pela primeira vez sobre a quebra de sigilo do caseiro Francenildo Costa e quando foi. O requerimento ainda não foi votado pela CPI.

– O presidente da República não pode ser convocado pela CPI, mas é importante que ele preste esclarecimentos à nação – observou. O senador por Mato Grosso sugeriu ainda que o Senado ouça o economista Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que defende uma presença ativa do governo federal na recuperação da Varig.

ARQUIVAMENTO - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar arquivou três denúncias, consideradas “improcedentes e infundadas”. A primeira delas, contra Romero Jucá (PMDB-RR), dizia ser o senador proprietário de emissora de rádio em Roraima, condição proibida a senadores pelo Regimento Interno da

Casa. Foi arquivada por falta de provas. Outras duas denúncias também arquivadas foram apresentadas pelo advogado Roberto Ramos. Eram dirigidas aos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pelo suposto uso de caixa dois em campanhas eleitorais da década dos 90.

Para Saturnino, oposição a Lula lembra UDN x Getúlio

A maneira como a oposição vem tratando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembra o “mar de lama”, campanha desferida pela UDN contra o então presidente Getúlio Vargas. A comparação foi feita pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que lembrou ter ficado claro, depois do suicídio de Vargas, em agosto de 1954, que as acusações eram falsas.

O pronunciamento de Saturnino coincidiu com o aniversário de nascimento do

ex-presidente.

O senador afirmou ter vivido com intensa emoção os últimos momentos do governo Vargas, tendo inclusive prestado suas últimas homenagens ao presidente morto, junto com milhares de outros cidadãos que acorreram ao velório.

– Assim como a campanha movida pelos adversários de Getúlio Vargas, a atual campanha usa a mídia para distorcer os fatos e difamar o presidente Lula. – ressaltou Roberto Saturnino.

Melhor que *impeachment* é derrota nas urnas, diz Heloísa

Mesmo considerando que a Constituição poderia amparar um processo por crime de responsabilidade, em razão de fatos como a “compra de parlamentares”, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse preferir a manifestação do povo nas urnas pela manutenção ou não do presidente Lula no poder.

– É melhor que o povo decida nas eleições do que agüentarmos a cantilena de que existe uma estratégia golpista em marcha.

Heloísa citou o artigo 85 do texto constitucional, que enumera as hipóteses em que o presidente pode ser processado por crime de responsabilidade, e associou algumas delas a atos que teriam sido cometidos por Lula, como improbidade administrativa e impedimento ao livre

exercício dos Poderes.

– O PSOL não está participando de nenhum movimento pelo *impeachment*, mas toda a motivação jurídica está muito clara na Constituição – reafirmou.



Para senadora, decisão pelo voto evita “cantilena de que existe estratégia golpista”

Plenário da Câmara absolve deputado José Mentor

O Plenário absolveu na quarta-feira o deputado José Mentor (PT-SP) da acusação de quebra de decoro parlamentar. Dos 432 votantes, 241 deputados ficaram a favor do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que recomendava a cassação. Eram necessários 257 para a perda do mandato.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, determinou o corte de salário dos parlamentares que não compareceram à sessão para votar o processo.

Mentor foi acusado de receber, por intermédio de seu

escritório de advocacia, R\$ 120 mil da empresa 2S Participações, pertencente a Marcos Valério, suposto operador do esquema de mensalão. Segundo o deputado, o dinheiro refere-se ao pagamento de pareceres jurídicos elaborados para o escritório Tolentino & Melo Assessoria Empresarial – também de Marcos Valério.

Para o relator, deputado Nelson Trad (PMDB-MS), Mentor feriu a ética parlamentar ao receber dinheiro da 2S Participações quando era relator da CPI do Banestado. (*Agência Câmara*)

CCJ requer informações sobre títulos dos bancos Rural e BMG

O Banco Central poderá ser obrigado a prestar informações ao Senado sobre a emissão, por parte dos bancos BMG e Rural, de títulos no exterior.

Requerimento com essa finalidade, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue para o Plenário.

De acordo com o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), o pedido está em conformidade com as regras que protegem o sigilo bancário, pois as informações não envolvem dados

referentes à movimentação financeira de clientes.

Jefferson considerou ser necessário esclarecer como as duas instituições, em situação financeira difícil, conseguiram levantar no exterior cerca de US\$ 500 milhões.

O BMG e o Rural estiveram no alvo das investigações da CPI dos Correios.

No relatório final, foram citados por envolvimento na simulação de empréstimos ao PT com o objetivo de camuflar a origem de recursos do chamado valerioduto.

PLENÁRIO

Crivella: modelo da China não serve para o Brasil

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) manifestou-se contrário à sugestão do deputado Delfim Netto (PMDB-SP), de que o modelo econômico e social chinês deveria ser copiado pelo Brasil. A opinião do deputado, segundo Crivella, estava implícita em artigo publicado na revista *Carta Capital*.

Crivella disse que, por mais superávit que faça ou reserva cambial que consiga, a China não deve servir de modelo para país nenhum.

– Fazer tal sugestão, mesmo que de forma sub-reptícia, é ignorar as especificidades chinesas. Os baixos salários que viabilizam custos competitivos são a contraface dos gigantes superávits comerciais que implicam imensas transferências de recursos reais para o exterior, em detrimento do consumo interno – afirmou.

O senador estimou que atualmente 10 milhões de brasileiros estão desempregados plenamente e 16 milhões estão subempregados. Um pai de família, observou, que não recebe salários por um período prolongado termina sendo obrigado a exercer uma atividade à margem da lei ou entrar na criminalidade aberta.

Crivella defendeu uma política de pleno emprego e de oportunidades para todos. Ele sugeriu que, em vez de cortar direitos dos trabalhadores e trabalhar por um estado mínimo, acreditando que o desenvolvimento das empresas resolverá os problemas da sociedade, o governo deve trabalhar para que os cidadãos recebam salários mais justos e as pessoas possam ter uma existência agradável, independentemente de serem ricos ou pobres.

Suplicy comemora redução da taxa Selic

Após a redução da taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, que passou para 15,75% ao ano, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a possibilidade de a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizar, na segunda quinzena de maio, audiência pública com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e dirigentes da instituição sobre a sistemática de revisão da Selic. Suplicy defende maior transparência nesse processo e quer saber como a cúpula do BC decide as mudanças nos juros.



Eduardo Suplicy

Se descontada a inflação, que gira em torno de 5%, Suplicy observa que a atual taxa básica de juros situa-se em 10%, “uma das maiores do mundo”.

O petista comemorou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a Selic, mas comentou que dirigentes sindicais e líderes empresariais consideraram o declínio aquém do necessário. Suplicy registrou ainda a previsão de Meirelles, comunicada ao presidente Lula, de se manter a redução gradual da Selic nas duas próximas reuniões do Copom.

Virgílio: “gastança” vai levar a uma grave crise fiscal

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), advertiu que o Brasil poderá viver grave crise fiscal em razão da “gastança pouco criteriosa de verbas com objetivos eleitorais”.

– O mercado já está em estado de alarme – disse o senador.

Os motivos de preocupação do mercado estariam respaldados nas declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que teria declarado à imprensa que em 2006 o governo fará o contingenciamento de despesas que for necessário para se atingir a meta de superávit fiscal primário de 4,25%. Ao mesmo tempo, segundo Virgílio, o ministro disse que não vai dar sinais de maior rigor fiscal do que o estipulado nas metas apenas para acalmar os cétricos. Virgílio acredita que essa afirmação é uma crítica velada à gestão de Palocci.

Mão Santa critica baixo crescimento econômico

Mão Santa (PMDB-PI) comentou matéria publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, que traz as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelas quais o Brasil deverá crescer em 2006 apenas 3,5%, diante de uma expansão de 4,3% para a América Latina e de 4,9% para o economia mundial.

Na avaliação do senador, o principal responsável por esse desempenho da economia brasileira é o governo federal, ao praticar altas taxas de juros, gastar mal os recursos e criar ministérios.

– São quase 40 ministérios que nada produzem e tiram dinheiro do essencial, que é a educação, saúde e segurança – disse.

Lúcia Vânia quer fim de greve da Anvisa

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou que o governo federal não tenha tomado até agora “nenhuma medida concreta e responsável” para evitar as consequências da greve dos fiscais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

De acordo com a senadora, depois dos prejuízos dos laboratórios farmacêuticos, que não podem receber matérias-primas importadas sem a aprovação dos fiscais, “os próximos prejudicados serão os pacientes” que precisam de remédios para transplantes e reposição hormonal.

– A situação já é crítica em relação à fabricação de antibióticos e medicamentos cardiovas-

culares. Desde o início da greve, em fevereiro, não há acordo entre governo e grevistas – afirmou.

A senadora diz que a reivindicação é para que o governo iguale os salários dos antigos aos dos novos fiscais da Anvisa. Em aparte, Romero Jucá (PMDB-RR) informou que a equiparação custaria, por ano, R\$ 18 milhões.

Lúcia Vânia ponderou que “um governo que priorizou em seu programa a saúde integral de seu povo” deveria ter pensado em manter estoques de medicamentos para momentos de crise, pois, segundo ela, 70% das ma-



Lúcia Vânia aponta omissão do governo quanto à greve de fiscais

térias-primas das empresas que formam a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais são importadas.

Heloísa defende mais terras para índios

Ao lembrar o Dia do Índio – comemorado em 19 de abril, última quarta-feira –, Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu “todos os processos e reivindicações de demarcação e homologação de terras indígenas que há no país”. A senadora também homenageou Maria das Dores de Oliveira Pankararu, a primeira índia brasileira a obter o título de doutorado.

Heloísa ressaltou que a tese defendida por Maria das Dores

na Universidade Federal de Alagoas versou sobre a língua ofayé, ameaçada de extinção porque apenas 11 membros da tribo de mesmo nome, em Mato Grosso do Sul, ainda a utilizam.

Segundo a parlamentar, havia no país, “antes da invasão europeia”, mais de 5 milhões de indígenas provenientes de 900 etnias, enquanto atualmente há cerca de 700 mil índios de 220 etnias.

Ela frisou que as culturas indí-

genas enfrentaram, desde o descobrimento do país, um processo de extermínio e de “submissão aos costumes do colonizador”.

Como exemplo de resistência a esse processo, Heloísa Helena citou o movimento iniciado em 1998 por povos indígenas de Alagoas, motivado pela “busca de seu reconhecimento étnico e territorial”. Esses grupos, segundo ela, ficaram conhecidos como “povos ressurgidos” ou “povos emergentes”.

Garibaldi culpa governo e Congresso

O veto presidencial ao projeto de lei da Câmara que permitia a repactuação das dívidas de agricultores nordestinos foi criticado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ele responsabilizou o Executivo e o Legislativo pelo prejuízo aos pequenos produtores rurais.

De acordo com o parlamentar, a parcela de culpa do Executivo fica evidente quando o governo veta integralmente um projeto e edita em seguida medida provi-

sória (MP 285/06) tratando do mesmo assunto. Já no que concerne ao Congresso, Garibaldi criticou a não-convocação, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, de sessão para analisar e até derrubar o veto.

– Que o governo interrompa as execuções de dívidas e dê condições para que os agricultores imediatamente repactuem seus débitos, por meio de um projeto, uma medida provisória, seja lá o que for – disse Garibaldi, para

quem “os grandes agricultores já estão ficando pequenos”. O senador concluiu cobrando apoio governamental ao setor agrícola do Nordeste.

Em solidariedade ao pronunciamento de Garibaldi, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) solicitou que os parlamentares façam um apelo ao governo para que as execuções das dívidas sejam suspensas temporariamente até que se chegue a um consenso sobre a matéria.

ORDEM DO DIA - Pedro Simon (PMDB-RS) protestou na última quinta-feira no Plenário contra o que considerou insuficiência de informações aos senadores sobre os itens da ordem do dia. O senador lamentou ter perdido a votação do projeto de minirreforma eleitoral, aprovado pelo Senado. Ele se disse magoado com a falta de dados sobre a votação.

EXÉRCITO - A passagem de mais um Dia do Exército, comemorado no dia 19 de abril, motivou o senador Edison Lobão (PFL-MA) a homenagear a instituição, “que merece respeito e apoio condizentes com sua importância para o país”. Cumprimento especial foi dirigido ao comandante da Força, general Francisco Roberto de Albuquerque, merecedor, na opinião do parlamentar, de admiração e elogios pelo comportamento, dignidade e honradez de brasileiro e militar.

RORAIMA - Romero Jucá (PMDB-RR) registrou, da tribuna do Plenário, o transcurso dos 15 anos de fundação e instalação do Tribunal de Justiça de Roraima. O senador encaminhou requerimento de voto de aplauso ao tribunal pela data comemorativa, que transcorre nesta terça-feira.

CONGRESSO - Os 46 anos de instalação do Congresso Nacional em Brasília foram exaltados em Plenário, nesta quinta-feira, pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Segundo recordou, a abertura dos trabalhos legislativos na nova capital do país ocorreu no dia 21 de abril de 1960 e foi marcada por discursos do presidente Juscelino Kubitschek.

CANDIDATURA - O senador Paulo Octávio (PFL-DF) reiterou na quinta-feira passada a intenção de se candidatar ao governo do Distrito Federal nas eleições deste ano. Ele reconheceu, no entanto, que o PFL regional vem enfrentando dificuldades para definir seu candidato, uma vez que parte de seus integrantes quer a candidatura do deputado federal licenciado José Roberto Arruda. Paulo Octávio ressaltou que sua candidatura já foi aprovada pela Executiva Regional do PFL.



180 anos do Senado

Nos últimos anos, a Casa esforçou-se para se tornar mais transparente e democrática, além de realizar reformas de grande impacto para a população



Maior proximidade com os cidadãos

O Senado entrou no novo século em busca de transparência e de maior contato com o cidadão. Fez isso por meio de veículos como o *Jornal do Senado*, a TV Senado, a Rádio Senado e a Agência Senado. Nos últimos anos, também assistiu a

uma participação crescente das mulheres nas atividades da Casa, como atestam as dez senadoras titulares que exercem mandato atualmente. Entre os feitos legislativos recentes, sobressaíram mudanças como a criação do Conselho Nacional de Justiça.



Ao assumir a Presidência em 2002, Lula se empenhou em aprovar reformas no Congresso

Por um Senado mais valorizado, moderno e transparente no século

O Senado entrou no século 21 tendo de deliberar sobre a cassação de um senador – Luiz Estevão (DF), acusado de envolvimento no desvio de dinheiro da construção do fórum trabalhista de São Paulo – e aceitar a renúncia de outros três, para evitar a cassação: Antonio Carlos Magalhães (BA) e José Roberto Arruda (DF), pela violação do painel de

votação secreta; e Jader Barbalho (PA), acusado de desvio de verbas da Sudam.

Após esse transtorno inicial, houve um esforço de valorização, modernização e transparência das atividades da Casa. Hoje, o cidadão brasileiro pode facilmente ter acesso ao trabalho dos senadores pelo *Jornal do Senado* (em suas versões diária

ou semanal), pelas transmissões da TV e da Rádio Senado e pela Agência Senado. Além disso, tem linha direta pelo Alô Senado (0800 61-2211). O objetivo é chegar a soluções para que o cidadão possa ser participante de todas as discussões legislativas, atuando diretamente com o parlamentar eleito como representante de seu estado.

A importante participação das mulheres

A mulher brasileira pode hoje sentir-se bem representada no Senado. O aumento da participação feminina na vida pública é destaque neste milênio e a representação política reflete essa mudança.

A 52ª Legislatura é marcada pela presença de dez senadoras titulares: Ana Júlia Carepa

(PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO), Heloísa Helena (PSOL-AL), Ideli Salvatti (PT-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), Roseana Sarney (PFL-MA) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Já a senadora Marina Silva (PT-AC) encontra-se licenciada, chefiando o Ministério do

Meio Ambiente.

Nesse período, a marca da participação feminina tem sido a ética e a firmeza demonstradas pelas senadoras em suas atividades cotidianas.

Nesta legislatura, duas senadoras suplentes ocuparam o cargo: Iris de Araújo (PMDB-GO) e Thelma Siqueira Campos (PPB-TO).



A 52ª Legislatura tem dez senadoras titulares, das quais uma está licenciada; duas suplentes assumiram

Reformas da Previdência e do Judiciário foram destaques

Os últimos anos registraram mudanças importantes que atingiram direta ou indiretamente a população brasileira, especialmente as grandes reformas da Previdência e do Judiciário.

Em 2003, foi aprovada a proposta de emenda à Constituição da Previdência – principalmente direcionada aos servidores públicos –, cujo relator foi o senador Tião Viana (PT-AC). A emenda veio acompanhada da promessa de uma PEC paralela que contemplasse pontos dissidentes com relação ao projeto original enviado pelo governo.

A aprovação da PEC paralela ocorreu em julho do ano passado no Senado, restituindo aos aposentados do serviço público alguns dos direitos retirados pela reforma da Previdência dois anos antes. Voltou à Câmara, no entanto, a parte relacionada à paridade entre pensionistas e aposentados do serviço público.

Controle externo do Judiciário

Outra grande reforma que dominou boa parte das discussões na Casa foi a do Judiciário. Em dezembro de 2004, foi promulgada a emenda constitucional (EC 45) que modificou a estrutura do Poder Judiciário.

Considerada a principal parte da reforma, essa emenda tratou do efeito vinculante das ações de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato

normativo federal. Também impediu a interposição de recursos em casos análogos a outros que tenham decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Pela reforma passaram a vigorar o controle externo do Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

No Congresso, uma comissão mista foi criada para regulamentar a EC 45. O colegiado aprovou relatório do senador José Jorge (PFL-PE) no qual constam projetos que estão em fase de regulamentação: repercussão geral do recurso extraordinário pelo STF; a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante; os pedidos de federalização dos crimes contra os direitos humanos; a criação do Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas; e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.



Tião Viana conduziu as negociações na reforma da Previdência

HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1999-2006

28/6/2000	Senado cassa o mandato do senador Luiz Estevão (DF), acusado de envolvimento no desvio de dinheiro da obra do fórum trabalhista de São Paulo
10/1/2002	Sancionado o novo Código Civil brasileiro, que modificou o texto de 1916 e estabeleceu novas bases legais para relações familiares e empresariais.
1º/1/2003	Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como presidente da República
11/12/2003	Aprovada, com 51 votos favoráveis e 24 contrários, a reforma da Previdência. No dia 16, um sábado, o Senado aprovou a chamada PEC Paralela, para reaver alguns dos direitos dos servidores públicos.
17/11/2004	Aprovada, depois de 13 anos de tramitação no Congresso, a reforma do Judiciário, com relatório do senador José Jorge (PFL-PE).
14/12/2004	Depois de 11 anos de tramitação, Câmara aprova o substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) à nova Lei de Falências.
2/2/2005	Posse do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) como presidente do Senado
9/6/2005	Instalação de CPI mista para investigar denúncias de corrupção nos Correios
22/6/2005	Instalação de CPI no Senado para investigar lavagem de dinheiro e jogos (CPI dos Bingos), por determinação do STF
5/4/2006	Aprovado relatório da CPI dos Correios, indicando, entre outras coisas, o envolvimento de vários políticos e a existência do mensalão

Voz do Leitor

CIDADÃO

“Sugiro aos instrutores dos cursos de formação de delegado de polícia que seja doada uma Constituição federal para cada aluno. Isso iria ajudá-los a, quando entrarem em exercício, saberem tratar o cidadão como tal e respeitar o direito de ir e vir.”

Paulo Sérgio Santos da Silva, de Porto Alegre (RS)

GOVERNO

“A que ponto chegamos com este governo imoral e corrupto! O Poder Judiciário intervém para que verdades não sejam ditas, os envolvidos em escândalos ostentam mentiras em discursos e reportagens, e outros apóiam os ladrões.”

Sônia Régia Salma Cerqueira, do Rio de Janeiro (RJ)

EDUCAÇÃO NO ACRE

“Senador Tião Viana, parabéns pelo seu estado. O Acre, conforme o discurso de vossa excelência, conseguiu em sete anos alfabetizar 45% dos municípios que não tinham ensino médio e é o primeiro estado brasileiro a oferecer cursos superiores em todos os seus municípios. O sistema de transporte escolar é excelente e hoje beneficia milhares de crianças.”

Valentim Antonio Santos Lima, de Serra (ES)

ELEIÇÃO

“Diante das crises políticas que vivemos, a única coisa que ainda resta ao povo brasileiro é demonstrar, no dia da eleição, a sua insatisfação.”

Antônio Gleison do Nascimento Soares, de Pentecoste (CE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

SENADORES

“Na minha opinião, os senadores paranaenses Alvaro Dias e Osmar Dias têm sido de extrema importância para a sociedade brasileira no Senado Federal, brigando e lutando pelos interesses da população.”

Davi Alves, de São Paulo (SP)

VERTICALIZAÇÃO

“Sou a favor do fim da verticalização nas eleições, pois as alianças feitas pelos partidos no plano nacional não podem ser impostas no plano estadual. Cada estado, cada cidade tem sua cultura política diferente. Mas o correto teria sido mudar as regras antes do prazo estabelecido pela Constituição federal. Mesmo sendo contra a verticalização, não concordaria com a mudança fora do prazo legal somente por interesses políticos.”

Daniel Belém Falcão, de Ipueiras (CE)

MANIFESTAÇÕES

“Sugiro que, durante as transmissões das CPIs, seja disponibilizado algum número de telefone e também um endereço para recebimento de manifestação dos cidadãos.”

João Batista Esteves Júnior, de Brasília (DF)

Nota da Redação – O cidadão pode se manifestar pelo telefone 0800 61-2211, pelo fax 0800 61-2210 (ligações gratuitas), ou pelo endereço: Alô Senado – Central de Relacionamento com o Cidadão – Senado Federal – Anexo D, Bloco 4, 70165-900, Brasília (DF). A manifestação será encaminhada à CPI ou ao órgão responsável.

Pergunte ao Senador

INCONSTITUCIONALIDADE

José Edmilson da Silva, de Toritama (PE)

“Senador José Jorge, a redução do número de vereadores foi constitucional? Caso tenha sido inconstitucional, por que o STF ainda não julgou a inconstitucionalidade?”

O senador José Jorge (PFL-PE) responde:

Prezado José Edmilson, na verdade, a redução do número de vereadores foi constitucional. Posteriormente à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o Supremo Tribunal Federal julgou a ação de inconstitucionalidade e concluiu que essa redução não fere a Carta Magna.

Agora, para mudar os critérios adotados hoje, será necessário aprovar emenda constitucional. Pessoalmente, considero que reduzir o número de vereadores e não reduzir o percentual de despesas das câmaras municipais não traz uma economia efetiva. É preciso reconhecer que houve abusos por parte de algumas câmaras, que haviam aumentado demais o número de vereadores. Para resolver a questão, existem projetos que estão sendo discutidos no Congresso Nacional. Você pode estar certo de que tanto a Câmara como o Senado estão empenhados em aprovar uma proposta de emenda constitucional que leve em consideração os interesses dos municípios, mas que possa, ao mesmo tempo, corrigir eventuais distorções.



ENERGIA ALTERNATIVA

Elieú Feitosa da Silva, de Brasília (DF)

“Senadora Patrícia Saboya, por que o governo federal não investe no desenvolvimento da energia nuclear e solar para nosso país?”

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) responde:

Prezado Elieú, sua pergunta faz sentido pelo fato de que, em ambos os segmentos da produção de energia (nuclear e solar), o Brasil tem de fato excelentes oportunidades. Em relação aos investimentos, os de origem pública têm sido contidos pela meta do governo de gerar superávit primário (receitas menos despesas, excetuados pagamentos de juros) capaz de melhorar certos aspectos do seu endividamento. No setor da energia, boa parte dos investimentos tem sido concentrada em três metas: auto-suficiência na produção de petróleo, o que alcançaremos muito em breve; aumento da geração e distribuição de energia elétrica; e extensão da malha de gasodutos.

Mas têm havido avanços expressivos em matéria de energia nuclear, embora de forma lenta, já que muitos desses investimentos são de longa maturação: por exemplo, a construção de Angra I se estendeu por 23 anos. Por outro lado, as pesquisas em energia solar prosseguem aceleradamente em todo o mundo e o Brasil também tem tido uma participação significativa em muitos de seus domínios. Por último, não podemos esquecer que nosso país é dos mais qualificados – em uma escala universal – para a produção de bioenergia, mantendo uma posição de liderança nesse setor, e isto também demanda uma cota importante de investimentos públicos.



Frases

“É melhor que nós tenhamos essas regras para se acabar com candidatos cujas imagens são moldadas pelo marketing político”

Aloizio Mercadante, sobre a aprovação da minirreforma eleitoral que cria regras mais rígidas para as campanhas.

“Quem está aqui é um ministro que não maculou o seu mandato, as suas obrigações, que não se deixou perder nos caminhos da ilegalidade”

Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça, negando ingerência política do ministério para proteger Antonio Pallocci.

“Que adjetivo você colocaria numa CPI que é uma lista de supermercado? É um equívoco da oposição”

Ideli Salvatti, questionando a proposta de uma nova CPI para investigar as relações entre o presidente do Sebrae e a família do presidente Lula.

“Ruim seria transformar cinco fatos conexos em fatos autônomos para instaurar cinco CPIs”

Almeida Lima, autor da proposta da nova CPI.

“Ou o governo mobiliza sua bancada e remove os obstáculos para votar o Orçamento deste ano, ou quem estiver pensando em governar por medida provisória que tire o cavalião da chuva”

Renan Calheiros, sobre a dificuldade a votação do Orçamento de 2006, finalmente aprovado

“Quem canta parabéns é quem está na festa”

Tião Viana, que avaliou como um equívoco a tentativa de impedir que o governo comemore, com a campanha publicitária da Petrobras, a auto-suficiência do país na produção de petróleo.

“Por muito menos, o presidente Collor sofreu impeachment”

Antonio Carlos Magalhães, sobre o parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que pediu o indiciamento de 40 pessoas ligadas ao PT.

“Educação não é privilégio, é direito”

Marco Maciel, em defesa de políticas públicas destinadas a garantir maior eficiência à educação.

Foto da Semana

Na terça-feira passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros (E), e o relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), resolveram com o governador de Sergipe, João Alves, a última pendência que emperrava a votação do Orçamento de 2006. Alves queria garantir prazo para Sergipe se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal e, assim, conseguir aval do Tesouro para empréstimo de R\$ 85 milhões do BNDES



MOREIRA MARIZ

Nova lei eleitoral em debate

A minirreforma eleitoral aprovada no Senado revela algumas novidades para o eleitor e pode implicar mudanças significativas nas eleições. Entre as principais alterações estão o fim de showmícios, a proibição de distribuição de brindes, como camisetas e bonés, e a divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem as eleições. O presidente do Senado, Renan Calheiros, o relator do projeto, José Jorge (PFL-PE), e líderes partidários entregaram na semana passada ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, o conjunto de medidas. A questão sobre a entrada em vigor da minirreforma eleitoral já no pleito deste ano e outras dúvidas serão debatidas no *Conexão Senado*, nesta segunda-feira, ao meio-dia.

Já o programa *Escala Brasileira*



TV Senado comemora os cem anos do vôo do 14 Bis com o programa *A paixão de voar*

ra, também da Rádio Senado, apresenta o contraibaxista Thiago do Espírito Santo, de 26 anos, que estréia em CD solo com um trabalho de fazer inveja a muito veterano. Não é surpresa: ele já acompanhou artistas como Hermeto Pascoal, Hamilton de Holanda, Dominginhos, Toninho Horta e Hélio Delmiro. O *Escala Brasileira* será transmitido

no sábado, às 23h.

A TV Senado comemora os cem anos do vôo do 14 Bis, de Santos Dumont, exibindo, no *Repórter Senado*, o documentário *A paixão de voar*. O programa vai mostrar o museu aeroespacial, a vocação do brasileiro para construir aviões e os segredos de uma atividade que emprega milhões de pessoas em todo o mundo. Como o Brasil

formou cérebros e adquiriu tecnologia para se transformar num dos maiores centros produtores de aeronaves é outro destaque do documentário. O *Repórter Senado*, com direção de Paulo Acrisio e produção de Márcia Torres, vai ao ar pela TV Senado na sexta-feira, às 22h30, no sábado, às 16h e 21h30, e no domingo, às 15h30 e 22h.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
13h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

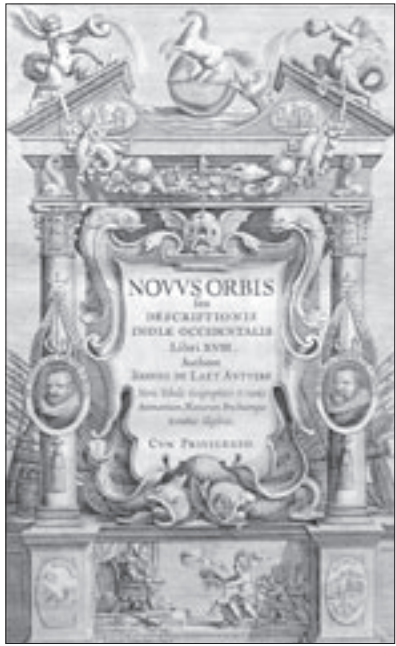
RESENHA

Descrição detalhada da América do século 17

Novus Orbis, livro de Johannes de Laet, publicado em 1633, inaugura a série quinzenal de resenhas a ser veiculada neste espaço sobre as obras raras da Biblioteca do Senado, que comemora seus 180 anos no próximo mês com o lançamento de publicação baseada nesse acervo especial. Obra mais antiga da biblioteca, *Novus Orbis: seu descriptions indiae occidentalis* é uma descrição histórica, geográfica, científica, etnológica e lingüística da América.

Johannes de Laet, geógrafo e historiador flamengo, era também diretor da Companhia das Índias Ocidentais, fato que facilitava seu acesso a fontes e a relatos da época de testemunhas oculares ou a desenhos de animais e plantas.

Foi nessa obra que, pela primeira vez, o autor fez referência ao Brasil, que ocupa parte significativa do texto.



A *Novus Orbis* é uma das 2 mil obras raras que integram o acervo da Biblioteca do Senado



LAET, Johannes de. *Novus Orbis: seu descriptions indiae occidentalis, libri xviii*. Lugduni Batavorum: Elzevirios, 1633. 690 p., il. As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no sítio www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

SENADO

Rigor contra exploração sexual de menores

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, coordenada por Patrícia Saboya (PSB-CE), lançou campanha pela rápida aprovação de projetos apresentados pela CPI que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes. Entre as propostas destaca-se a inclusão, na legislação brasileira, do crime de tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual e a instauração da ação penal pública para todos os delitos sexuais cometidos contra menores.

A campanha – intitulada Parla-mentares da Esperança: seu Voto é pela Infância – pretende sensibilizar parlamentares para a necessidade de aprovar modificações nas leis com a finalidade de punir com mais rigor os envolvidos em crimes contra crianças e adolescentes, resguardando melhor os direitos das vítimas.



Fátima Cleide (E), Patrícia Saboya (ao microfone) e deputados lançam campanha para rápida aprovação de propostas de CPI

Para Patrícia Saboya, a aprovação dos cinco projetos representa um avanço concreto na luta contra a exploração e o abuso sexual de menores, por oferecerem instrumentos mais eficazes para punição dos culpados. Três propostas já foram acolhidas no Senado.

Na quarta-feira, a senadora presidiu o lançamento de uma

cartilha sobre os problemas da infância e da adolescência no Brasil, no Salão Negro do Congresso Nacional. A publicação será distribuída às assembleias legislativas e câmaras municipais para orientar a criação de frentes parlamentares destinadas a defender os menores em todos os estados da Federação.

Exposição reúne carros antigos no Congresso

“Que coisa esquisita!” A expressão traduziu o espanto de um turista de aproximadamente seis anos de idade que, em visita ao Senado na quarta-feira passada, se surpreendeu ao encontrar uma DKW Vemag ano 1960 estacionada defronte à rampa de acesso ao espelho d’água do Congresso.

O carro, além de outros nove modelos fabricados no início da indústria automobilística nacional, integra a exposição comemorativa dos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, encerrada no último domingo.

Segundo o vice-presidente do Veteran Car Clube de Brasília, Renato Malcotti, todos os veículos expostos foram produzidos no Brasil, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Câmaras do Ceará terão programas de formação

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), assinou protocolo de intenções com a União dos Vereadores do Ceará (UVC) para desenvolver programas de formação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos das câmaras municipais daquele estado. Os projetos serão desenvolvidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Conforme o protocolo, essas instituições devem facilitar a requisição, transferência, alocação ou liberação de seus técnicos para a realização de cursos, seminários, simpósios e atividades afins.

Conheça o Senado

Os detalhes das instalações do Plenário do Senado

A beleza arquitetônica do Plenário do Senado Federal encabeça os elogios feitos pelos mais de 140 mil visitantes que visitam a Casa anualmente. Em uma iniciativa ímpar, o arquiteto Oscar Niemeyer conseguiu ampliar ainda mais a elegância e a funcionalidade do símbolo da Câmara Alta – a cúpula convexa – ao utilizar em seu interior 125 mil pequenas placas de alumínio anodizado que recobrem todo o teto.

As plaquinhas, que saltam aos olhos dos que entram no Plenário, exercem funções múltiplas. Além de decorarem majestosamente o ambiente, proporcio-



Senadores da República possuem lugar definido nos assentos do Plenário, seguindo a ordem alfabética dos estados brasileiros

nam claridade homogênea, com uma iluminação dispersada e sem possibilidades de sombras. E ainda favorecem uma acústica perfeita, livre de ecos.

O carpete azul royal utilizado

no Plenário também transmite aos visitantes um ar suntuoso. Sobre ele foram instalados 84 assentos para os senadores, apesar de serem 81 no exercício do mandato. Cada um tem

lugar definido que segue – a partir da primeira bancada, e da direita para a esquerda – a ordem alfabética dos estados da Federação.

As mesas possuem *laptops*, para consulta dos trabalhos legislativos e outros que sejam de interesse dos senadores, e microfones para os apertes. Nelas foram instaladas placas que permitem o registro da presença, por meio da digitação de senha particular, e os botões para as votações.

O local recebe ainda assentos nas tribunas de honra e de imprensa, localizadas à esquerda e à direita, respectivamente, da

Mesa do Senado, de onde são conduzidas todas as sessões plenárias. Nas laterais, os senadores dispõem de duas tribunas para seus discursos.

Na galeria, 105 assentos foram destinados aos visitantes, para que acompanhem os trabalhos dos senadores de segunda-feira a sexta-feira. Nos fins de semana e feriados, é permitida aos visitantes a entrada na parte do Plenário em que ficam os senadores.

O Plenário apresenta ainda um busto de Rui Barbosa – senador por mais de 40 anos e artífice da Constituição de 1891 –, o Crucifixo e a Bandeira Nacional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Garantias para o trabalhador noturno

Milhões de brasileiros trabalham à noite, permanentemente ou em turnos rotativos. Os ramos de atividade que mais utilizam trabalho noturno são transporte, saúde, segurança, energia e comunicações.

Considera-se noturno o trabalho execu-

tado entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte, no caso de empregados urbanos. Nas atividades rurais, considera-se noturno, na lavoura, o trabalho entre 21h de um dia e 5h do dia seguinte; e, na pecuária, entre 20h de um dia e 4h do seguinte.

A Constituição federal (art. 7º, inciso

IX) assegura a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, mas o trabalho em horários irregulares pode modificar o padrão de sono, diminuindo o tempo total que o trabalhador dorme por dia (ainda que a necessidade de sono varie de pessoa para pessoa e não dependa

do turno de trabalho). Nesta edição, saiba mais sobre as vantagens e desvantagens do trabalho noturno, os cuidados especiais com saúde e segurança e os direitos de quem trabalha à noite. Quem infringir os preceitos relativos ao trabalho noturno sujeita-se a multa, entre outras penas.

Regras segundo a atividade

► **Jornada** – Na contagem da jornada de trabalho noturna, cada hora sofre a redução de 7 minutos e meio, de forma que, por sete horas de trabalho à noite, é pago o valor correspondente a oito horas. Nas atividades rurais, a hora noturna tem duração normal, de 60 minutos. Ao trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refino de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e derivados por dutos não se aplica a hora reduzida.

► **Adicional noturno** – Aos empregados urbanos, aos avulsos e aos temporários, assegura-se a remuneração com acréscimo de 20%, no mínimo, sobre a hora diurna. Por exemplo, se um empregado receber R\$ 12 de remuneração por uma hora trabalhada no período diurno, deverá receber idêntico valor para trabalhar 52 minutos e meio no noturno, além do adicional de, pelo menos, R\$ 2,40. Tratando-se de trabalhador rural, o adicional corresponde a 25% sobre

a remuneração da hora diurna. Os adicionais por trabalho noturno devem ser discriminados em folha de pagamento. As disposições relativas à duração da jornada de trabalho e ao recebimento de adicional noturno não se aplicam à categoria dos empregados domésticos. Já para os advogados, as horas trabalhadas das 20h de um dia até as 5h do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de 25%.

► **Turnos ininterruptos de revezamento** –

Tratando-se de trabalho que é realizado 24 horas por dia, sem interrupção, por grupos de trabalhadores que se revezam e cujo trabalho seja realizado em período noturno, além da hora noturna reduzida, a jornada também é reduzida para seis horas e é devido o adicional noturno.

► **Prorrogação de horas (horas extras)** – Se o

trabalho em horas extras for prestado no período noturno, a remuneração sofrerá o respectivo acréscimo de adicional noturno.

► **Trabalho do menor** – O trabalho em horário noturno é proibido aos menores de 18 anos.

► **Integração do adicional noturno ao salário** – O

adicional noturno, desde que pago com habitualidade, integra-se ao salário para todos os efeitos legais (Enunciado do TST nº 60), como remuneração de férias e 13º salário. Tratando-se de remuneração de férias, o adicional noturno é computado na respectiva base de cálculo, inclusive quando não habitual. Se a quantidade de adicional pago durante o período aquisitivo não tiver sido uniforme, efetua-se o cálculo pela média duodecimal do número de horas noturnas recebidas naquele período, multiplicado pelo valor do adicional noturno da época da concessão das férias (CLT, art. 142, §§ 5º e 6º).

► **Encargos sociais** – Sobre

os valores pagos a título de adicional noturno e horas extras normais ou noturnas, conforme o caso, incidem o INSS, o FGTS e o Imposto de Renda.

Cuidados com saúde e segurança

► Procure tirar um cochilo algumas horas antes de ir trabalhar à noite e acordar pouco antes da hora de sair. Se seu trabalho permitir uma interrupção de 20 minutos, um cochilo no meio da madrugada ajuda a diminuir a sonolência noturna.

► Busque ter uma alimentação equilibrada (comer alimentos ricos em fibras vegetais, arroz integral, muitas frutas, pouca gordura na comida) para compensar os horários não convencionais de alimentação.

► Faça exercícios físicos regulares, evite o fumo e o álcool e

tente manter o peso.

► Durma em ambiente tranquilo, completamente escurecido, e vá dormir após refeição leve. É mais fácil, após uma noite de trabalho, ir dormir no final da manhã, pois a temperatura central do corpo cai um pouquinho nesse horário do dia.

► Durante a noite, deve-se comer o menos possível e evitar gorduras, refrigerantes, café, chá preto ou mate, tanto no trabalho noturno como antes de ir dormir.

► A família deve ajudar a quem trabalha à noite, permitindo que

a pessoa possa descansar, e não ficar cuidando da casa quando retorna do trabalho.

► Quem tem problemas de saúde, como distúrbios gastrointestinais crônicos, insônia, doença do cólon irritável, diabetes e epilepsia, não deve trabalhar à noite, pois esses problemas tendem a piorar.

► Ao ir ao trabalho, ou voltar, em horários em que está escuro, evite ficar sozinho em pontos de ônibus. Nos metrô e trens urbanos, evite andar em vagões vazios. Se estiver de carro, nunca dê carona a estranhos e não pare para auxiliar outros motoristas em locais ermos em horas avançadas. Em cruzamentos ou semáforos, mantenha a primeira marcha engatada e fique alerta à aproximação de estranhos.

► Se trabalhar como vigia noturno, procure combinar com vigias de locais vizinhos para que estejam atentos uns aos outros e fixe listas com telefones de emergência em pontos estratégicos para saber a quem alertar caso verifique algo incomum ou suspeito. Só abra portas ou portões para pessoas conhecidas ou que se identificarem.



Enfermeiros e bombeiros transportam paciente para hospital na cidade de São Paulo: exemplo de trabalho noturno

Melhor remuneração à custa de perturbações biológicas

Vantagens

- Recebimento do adicional noturno.
- Dependendo da categoria, redução da hora na contagem do período trabalhado.
- O trabalhador pode realizar outras atividades no horário comercial.

Desvantagens

- Como o relógio biológico se desregula, alguns trabalhadores noturnos têm problemas tanto para dormir durante o dia como para permanecer acordados no trabalho. Essa perturbação cronobiológica chega a prejudicar seriamente o rendimento de 5% a 10% dos trabalhadores, constituindo o Transtorno de Sono por Trabalho em Turno (TSTT). Os sintomas e doenças mais frequentes associados são: problemas gastrointestinais (azia,

má digestão, irregularidade intestinal), aumento do colesterol e maiores riscos de desenvolver doenças cardiovasculares.

► A jornada de trabalho realizada em horário noturno exige maior esforço do organismo humano, por desenvolver-se em período que é biologicamente destinado ao repouso. A tendência natural do organismo é sentir sono quando está escuro e ficar acordado quando há luz solar.

► O sono está diretamente relacionado a funções restauradoras da parte cognitiva e recuperação física. A atenção, a coordenação motora, o ritmo mental e o alerta são influenciados pelo estado de fadiga, tornando-se um fator de risco para aumento de acidentes e para a saúde do trabalhador.

► O trabalho noturno pode gerar dificuldades no relacionamento familiar do trabalhador.

Projetos de lei

- Pelo **PLS 91/03**, do senador Paulo Paim (PT-RS), para motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos a hora de trabalho noturno será computada como 45 minutos e remunerada com um acréscimo de 50%, pelo menos, sobre a hora diurna.
- O **PLC 3/01**, do Executivo, altera a Lei 6.019/74, sobre trabalho temporário nas empresas urbanas e nas empresa de prestação de serviços, para assegurar ao trabalhador temporário o direito a adicional por trabalho noturno, insalubre ou perigoso.

Informações

Ministério do Trabalho e Emprego
Tel.: (61) 3317-6688

www.mte.gov.br
Alô Trabalho: 0800 610-101 (regiões Sul e Centro-Oeste, AC e RO) e 0800 285-0101 (SP, RJ, MG e demais localidades)

Ministério da Saúde/Observatório de Saúde do Trabalhador
Tel.: 0800 61-1997
www.opas.org.br/saudedotrabalhador

Ministério Público do Trabalho
Tel.: (61) 3314-8500
www.pgt.mpt.gov.br

Procuradoria Geral do Trabalho
Tel.: (61) 3314-8502

Associação Nacional de Medicina do Trabalho
www.anamt.org.br

